

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Sabrina Rodrigues de Melo

**O trabalho dos assistentes sociais, migração na França e no Brasil e o
combate às exclusões**

Mestrado em Serviço Social

São Paulo

2021

Sabrina Rodrigues de Melo

**O trabalho dos assistentes sociais, migração na França e no Brasil e o
combate às exclusões**

Mestrado em Serviço Social

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social, sob a orientação da Prof^a. Dra. Maria Carmelita Yazbek.

São Paulo

2021

Autorizo exclusivamente para fins acadêmicos e científicos a reprodução total ou parcial desta Dissertação de Mestrado por processos de fotocopiadoras ou eletrônicos.

Assinatura: _____

Data: 07/10/2021

E-mail: sasamelo2009@gmail.com

M528

Melo, Sabrina Rodrigues de

O trabalho dos assistentes sociais, migração na França e no Brasil e o combate às exclusões. – São Paulo: [s.n.], 2021.

94 f. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social) -- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social, 2021.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Carmelita Yazbek.

1. Políticas migratórias. 2. Políticas públicas. 3. Imigrantes. 4. Refugiados. I. Yazbek, Maria Carmelita. II. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social. III. Título.

CDD 361.3

Sabrina Rodrigues de Melo

**O trabalho dos assistentes sociais, migração na França e no Brasil e o
combate às exclusões**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora
do Programa de Estudos Pós-Graduados em
Serviço Social, como exigência parcial para
obtenção do título de Mestre em Serviço Social,
sob a orientação da Prof^a. Dra. Maria Carmelita
Yazbek.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Carmelita Yazbek
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
(PUC-SP)

Profa. Dra. Mariangela Belfiori Wanderly
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
(PUC-SP)

Profa. Dra. Valérie Marie Claude Fargeon
Université Grenoble Alpes
(UGA)

O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento e Tecnológico (CNPQ)-Brasil- número de processo 155637/2019-3.

This study was financed in part by the Conselho Nacional de desenvolvimento e tecnológico (CNPQ)-Brasil- número de processo 155637/2019-3.

AGRADECIMENTOS

À Profa. Maria Carmelita Yazbek, pela orientação, paciência e por sua dedicação à pesquisa e ao ensino e, principalmente, ao direcionamento com relação ao mestrado, e por me incentivar ao Duplo Diploma. Gratidão por tudo.

À Profa. Rosangela Paz, por me acolher no Nemos, abrir as portas do mestrado e me direcionar e incentivar a fazer a prova; e que meu sonho em realizar o mestrado era possível, dizendo que eu estava preparada, que existia bolsa de estudo, quero expressar minha gratidão por tudo.

À Profa. Carola Arregui, por todo o incentivo e ensino, aulas de seminário de pesquisa, acolhida, orientação e dedicação. Gratidão por tudo.

À Profa. Mariangela Belfiore Wanderley por abrir as portas do Duplo Diploma na Universidade Grenoble Alpes- UGA, ao ensino e pesquisa, por me receber e tirar dúvidas com relação ao duplo diploma e me mostrar que existe um mundo de possibilidades, sou grata por toda a orientação durante o processo de estudo na UGA/França. Gratidão por tudo.

Aos professores Valérie Fargeon e Bruno Lamotte, pela compreensão, paciência, pelos ensinamentos e, principalmente, pela orientação e co-tutela, pela contribuição e enriquecimento da dissertação, quero agradecer e expressar minha gratidão.

Às professoras e professores e à gestora Mathilde Ballon do Master 2 Avaliação e gestão de políticas sociais, da Faculdade de Economia Grenoble Alpes UGA, pelos ensinamentos e elucidações, e paciência mesmo a distância, foi enriquecedor e aprendi muito. Minha Gratidão a todos e todas.

A Veronique Galvin, professora de francês du Centre Universitaire d'études Françaises (CUEF) UGA pela paciência e ensinamentos, e também aos alunos do curso. Minha gratidão

A todos os (as) alunos(as) do master 2 da UGA, pelas discussões em sala de aula, pela paciência e aprendizado, foi muito enriquecedor estudar com todas e todos, e ao Raphael que esteve junto comigo neste aprendizado. Expresso aqui minha gratidão..

À Profa. Raquel Raichelis que me acolheu no Netrab e que me incentivou nos estudos acerca da profissão, obrigada pelas elucidações em sala de aula e discussões enriquecedoras. Gratidão por tudo.

À Profa. Maria Lucia Martinelli pela acolhida e ensinamentos na disciplina Serviço Social e Cotidiano, foram extremamente enriquecedores os debates em sala de aula, obrigada pela oportunidade de apresentar meu trabalho. Gratidão por tudo.

A todos professores do Programa de estudos Pós-graduados em Serviço Social da PUC-SP, agradeço por todo o aprendizado, as elucidações foram enriquecedoras para o saber profissional e para a vida.

A Andreia Fazekas, assistente de coordenação PEPG em Serviço Social, pela dedicação e paciência por responder a todas as dúvidas, principalmente durante a pandemia da Covid-19. Gratidão por tudo.

Às Assistentes sociais participantes da pesquisa, muito obrigada pela construção do saber e pela contribuição com a dissertação. Expresso aqui minha gratidão.

A todos os alunos da disciplina Serviço Social e Cotidiano I e II, pelos debates em sala de aula, reflexões, escuta e acolhida, em especial, Beatriz e Cleo Dias. Gratidão

As minhas companheiras durante o processo de mestrado, Priscila Beralda, Joelma Liborio, Beatriz Pascoal, Ana Del Ciel, Cleo, por todas as discussões, reflexões, cafés e risadas. Gratidão por tudo.

Aos discentes que participaram do Duplo Diploma na UGA/Grenoble, Priscila, Francielle, Renata Soraia, Aline, Giselle, Thais, que contribuíram e auxiliaram no processo de troca de experiências. Gratidão.

A todos os discentes do PEPG em serviço Social dos núcleos Netrab (Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Trabalho e Profissão), Nemos (Núcleo de Estudos e Pesquisas em Movimentos Sociais) e NEPI (Núcleo de Estudo e Pesquisa sobre Identidade), em especial no ano de 2019/2020, obrigada por todas as discussões e reflexões em sala de aula e também aos companheiros(as) da Comissão Ampliada, vivemos na luta sempre. Gratidão por tudo.

A minha mãe Marileide Melo e família, pelo carinho e compreensão e ajuda durante esse processo de produção de conhecimento e durante a pandemia. Meu carinho e gratidão.

A minha querida amiga Evelyn Celoto, que tive a oportunidade de conhecer durante o estágio em Diadema. Nossos laços de amizade só cresceram a cada dia e a cada ano, quero agradecer por toda a paciência, escuta e diálogo, e por fazer parte dos meus dias nublados, de luz e conquistas, sempre me dando forças para ir atrás dos meus sonhos, gratidão por tudo bonita, e pelo que nossa amizade representa conte sempre comigo.

Aos meus amigos e amigas de caminhada, na bike ou na corrida, Zelito e Fefe, Gi, subidas do escadão da Sumaré/Perdizes, terapia para corpo e para Alma; Ana Russo e Claudio Fontes, galera dos “tangas” e “tanguetes”, pelas pedaladas, risadas, conversas e churrascos (isso antes da pandemia); Renata Gardino, Adriana, Glaucia Rocha e Vivi Rocha, grande artista e cantora, suas lives transformaram com certeza o dia que estava nublado ou ensolarado, trazendo ainda mais luz durante a pandemia.

Du luxe et de l'impuissance

«Nous devons préserver les lieux de la création, les lieux du luxe de la pensée, les lieux du superficiel, les lieux de l'invention de ce qui n'existe pas encore, les lieux de l'interrogation d'hier, les lieux du questionnement. Ils sont notre belle propriété, nos maisons, à tous et à chacun. Les impressionnants bâtiments de la certitude définitive, nous n'en manquons pas, cessons d'en construire. La commémoration elle aussi peut être vivante, le souvenir aussi peut être joyeux ou terrible. Le passé ne doit pas toujours être chuchoté ou marcher à pas feutrés. Nous avons le devoir de faire du bruit. Nous devons conserver au centre de notre monde le lieu de nos incertitudes, le lieu de notre fragilité, de nos difficultés à dire et à entendre. Nous devons rester hésitants et résister ainsi, dans l'hésitation, aux discours violents ou aimables, des péremptores professionnels, des logiques économistes, les conseillers payeurs, utilitaires immédiats, les habiles et les malins, nos consensuels seigneurs. Nous ne pouvons nous contenter de notre bonne ou mauvaise conscience devant la barbarie des autres, la barbarie nous l'avons en nous, elle ne demande qu'à nous ravager, qu'à éclater au plus profond de notre esprit et fondre sur l'Autre.

Nous devons rester vigilants devant le monde, et rester vigilants devant le monde, c'est être encore vigilants devant nous-mêmes. Nous devons surveiller le mal et la haine que nous nourrissons en secret sans le savoir, sans vouloir le savoir, sans même oser l'imaginer, la haine souterraine, silencieuse, attendant son heure pour nous dévorer et se servir de nous pour dévorer d'innocents ennemis. Les lieux de l'Art peuvent nous éloigner de la peur et lorsque nous avons moins peur, nous sommes moins mauvais».

(Jean Luc Lagarce 1993/1994)

Melo, Sabrina Rodrigues de. **O trabalho dos assistentes sociais, migração na França e no Brasil e o combate às exclusões**. 2021. 94 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, São Paulo, 2021.

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo refletir sobre as políticas migratórias, na França e no Brasil, os principais acordos internacionais e influências nas políticas migratórias e o desenvolvimento de políticas públicas para os imigrantes e, assim, compreender a mobilidade internacional, como processo sócio-histórico, com particularidades na sociedade capitalista, globalizada. O fenômeno da globalização tem entre suas principais características o vasto processo imigratório e a acentuação das desigualdades econômicas e sociais no mundo, desse modo, buscou-se uma aproximação entre França e Brasil. Também teve como escopo analisar o trabalho dos assistentes sociais no atendimento aos imigrantes e refugiados na cidade de São Paulo, em diferentes espaços sócio-ocupacionais; buscamos compreender os principais desafios e dificuldades enfrentados pelos profissionais frente às políticas migratórias, políticas públicas para o atendimento a refugiados e imigrantes, também durante a pandemia da Covid-19 e, assim, discutir sobre o acesso de imigrantes e refugiados aos serviços socioassistenciais e política de assistência social. Para o desenvolvimento do trabalho, fez-se o uso da pesquisa qualitativa e da história oral, possibilitando ao pesquisador uma maior aproximação com o entrevistado e os desafios do assistente social no cotidiano.

Palavras-chave: Políticas migratórias, políticas públicas, imigrantes, refugiados.

Melo, Sabrina Rodrigues de. **The work of social workers, migration in France and Brazil and the fight against exclusion**. 2021. 94 f. Dissertation (Master's in Social Work). Program of Postgraduate Studies in Social Work, Pontificia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, São Paulo, 2021.

ABSTRACT

This study aimed to reflect on migration politics in France and Brazil, the main international agreements and influences on migration politics and the development of public politics for immigrants and thus understand international mobility, as a socio-historical process, with particularities. In the capitalist society, globalized, thus the phenomenon of globalization has among its main characteristics the vast immigration process and the accentuation of economic and social inequalities in the world, thus an approximation between Brazil and France was sought. To analyze the work of social workers in assisting immigrants and refugees in the city of São Paulo in different socio-occupational spaces, thus seeking to understand the main challenges and difficulties faced by professionals in relation to migratory policies, public policies to assist refugees and immigrants, also during the covid-19 pandemic and thus discuss the access of immigrants and refugees to social assistance services and public policies. For the development of the work, qualitative research and oral history were used, allowing the researcher to get closer to the interviewee and the challenges of the social worker in everyday life.

Keywords: Migration Politics, Public Politics, Immigrants, Refugees, Social Workers.

Melo, Sabrina Rodrigues de. **Le travail des assistants sociaux, la migration en France et au Brésil et la lutte contre les exclusions**. 2021. 94 f. Mémoire (Master en Travail Social). Programme d'études supérieures en travail social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, São Paulo, 2021.

RÉSUMÉ

Cette étude visait à réfléchir sur les politiques migratoires en France et au Brésil, les principaux accords internationaux et influences sur les politiques migratoires et le développement des politiques publiques pour les immigrés et ainsi appréhender la mobilité internationale, comme un processus socio-historique, avec des particularités dans la société capitaliste mondialisée, ainsi le phénomène de la globalisation a parmi ses principales caractéristiques le vaste processus d'immigration et l'accentuation des inégalités économiques et sociales dans le monde, ainsi un rapprochement entre le Brésil et la France a été recherché. Analyser le travail des travailleurs sociaux dans l'assistance aux immigrés et aux réfugiés de la ville de São Paulo dans différents espaces socio-professionnels, cherchant ainsi à comprendre les principaux défis et difficultés rencontrés par les professionnels en relation avec les politiques migratoires, les politiques publiques d'assistance aux réfugiés et aux immigrés, également pendant la pandémie de covid-19 et discuter ainsi de l'accès des immigrants et des réfugiés aux services d'aide sociale et à la politique d'aide sociale. Pour l'élaboration du travail, la recherche qualitative et l'histoire orale ont été utilisées, permettant au chercheur de se rapprocher de l'interviewé et des enjeux de l'assistante sociale au quotidien.

Mots-clés: Politiques migratoires, Politiques publiques, Immigrants, Réfugiés.

LISTA DE SIGLAS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas
ADA	Accueil Demandeurs d'Asile / Allocation pour Demandeurs d'Asile
AME	Aide Médicale d'Etat
CADA	Centre d'Accueil pour Demandeurs d'Asile
CIMADE	Comité Inter Mouvements Auprès des Évacués
CONARE	Comitê Nacional para Refugiados
CMU-C	Couverture Maladie Universelle Complémentaire
CMI	Conselho Municipal de Imigrantes
CPMigTD	Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente
CRA	Centre de Rétention Administrative
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
DPU	Defensoria Pública da União
DPF	Departamento da Polícia Federal
HCR	Haut-Commissariat aux Réfugiés auprès de l'ONU
HUDA	Hébergement d'Urgence des Demandeurs d'Asile
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSEE	Instituto Nacional de Estatísticas e de Estudos Econômicos
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
NOB-SUAS	Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
ONG	Organização Não Governamental
OFII	Office Français de l'Immigration et de l'Intégration
OFPRA	Organisme Français pour les Réfugiés et Apatrides
OIM	Organisation Internationale pour les Migration
PUMA	Protection Universelle Maladie
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Pirâmide etária na França 2020.....	29
Gráfico 2: Situação da imigração na França.....	30
Gráfico 3: Evolução da população imigrante na França 2019.....	40
Gráfico 4: Pirâmide etária Brasil.....	48
Gráfico 5: Distribuição relativa dos requerentes de reconhecimento da condição de refugiado, por principal país de nascimento - 2019.....	51
Gráfico 6: Número de imigrantes registrados em São Paulo por país de origem junho de 2019.....	54

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Características das pessoas que entraram na França em 2019.....	41
Quadro 2: Imigrantes vivendo na França, em 2019, de acordo com seu continente de nascimento.....	42
Quadro 3: Imigrantes que chegaram à França, em 2018, de acordo com seu continente de nascimento.....	43
Quadro 4: Movimentos Forçados no Mundo ACNUR.....	50

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO I - IMIGRAÇÃO, POLÍTICAS MIGRATÓRIAS E REFLEXÕES NO CAMPO DA PESQUISA FRANÇA E BRASIL.....	19
1.1 Tipos de política migratória na França	19
1.1.1 O papel das associações na defesa dos direitos dos estrangeiros.....	23
1.2. Os impactos econômicos da imigração na França.....	28
1.2.1 Demografia	28
1.2.2. A situação da imigração na França.....	29
1.2.3 Os desafios e os custos da imigração na França	31
1.2.4 Assistência Médica no Combate à Exclusão	34
1.3 Trabalhadores sociais e migração na França	37
1.4. Abordagens e reflexões no campo da pesquisa Brasil e França	39
1.4.1 A noção de investimento social.....	45
1.4.2 A evolução da política de migração no Brasil	48
1.4.3 Associações que trabalham com migrantes, refugiados e requerentes de asilo:	56
1.5 Sistema de saúde	58
1.5.1 A situação dos imigrantes e refugiados durante a pandemia	59
CAPÍTULO II - O TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NO ATENDIMENTO AOS IMIGRANTES	61
2.1 Proteção Social Básica/Especial e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).....	64
CAPÍTULO III - DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA	69
3.1 Participantes da Pesquisa.....	71
3.2 A experiência profissional do Assistente Social diante da demanda migratória (Análise das entrevistas).....	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	85
ANEXOS	91

INTRODUÇÃO

A imigração é um fenômeno mundial e está ligado à história e à mobilidade humana, incluindo tanto a emigração como a imigração, está presente no mundo. Assim, como ponto de partida, o fenômeno imigração, a mobilidade de pessoas, é entendido como social, histórico, e com particularidades na sociedade capitalista contemporânea, globalizada.

Segundo Ianni (1999, p. 23-24), as principais características da globalização são:

A internacionalização da produção, a globalização das finanças e seguros comerciais, a mudança da divisão internacional do trabalho, o vasto movimento migratório do Sul para o Norte e a competição ambiental que acelera esses processos. Elas incluem também mudanças na natureza dos Estados e nos sistemas de Estados. [...] A globalização não é um fato acabado, mas um processo em marcha.

O avanço acelerado da globalização tem provocado um profundo impacto político e cultural, sobretudo, na sua forma atualmente dominante de um mercado global livre e sem controles.

O interesse em pesquisar sobre as políticas migratórias, o trabalho dos assistentes sociais, migração na França e no Brasil no combate às exclusões, deve-se a minha experiência como trabalhadora de um abrigo para imigrantes, conveniado com a Prefeitura de São Paulo e a experiência do Duplo diploma Master 2 Avaliação e Gestão de Políticas Sociais, da Faculdade de Economia Grenoble Alpes UGA, na França, na qual tive a oportunidade de conhecer a evolução das políticas migratórias na França e ter contato com a temática a ser pesquisada.

A proposta do primeiro capítulo foi a de fazer uma aproximação entre França e Brasil, buscando, assim, trabalhar a evolução das políticas migratórias, tipos de política, o papel das associações e das organizações da sociedade civil, o impacto econômico, os desafios e custos, a proteção social e saúde, o trabalho dos assistentes sociais. Neste capítulo, procuramos realizar uma reflexão sobre como foram pensadas as políticas no âmbito internacional, seus desafios e seu

desenvolvimento, e debater o papel das associações na defesa dos direitos dos estrangeiros.

No segundo capítulo, fizemos uma análise do trabalho dos assistentes sociais no atendimento aos imigrantes, procurando, assim, realizar uma reflexão sobre o trabalho dos assistentes sociais, como encontra-se a profissão na contemporaneidade, seus principais desafios, como o Serviço Social está inserido na relação entre as classes sociais, marcadas por conflitos e diferenças de interesses, já que a prática do Serviço Social está ligada aos interesses dessas classes, ao mesmo tempo em que trabalha com as diferentes expressões da questão social. Discorrer também sobre a Proteção Social Básica/Especial e Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e como é o acesso dos imigrantes e refugiados.

No terceiro capítulo, a proposta foi apresentar os caminhos da pesquisa, os procedimentos metodológicos que terão como referencial teórico o materialismo histórico dialético, criado por Karl Marx, uma vez que possibilita, através do enfoque teórico, metodológico, buscar compreender a realidade do mundo, a partir das grandes transformações da história e das sociedades humanas.

Para alcançar os resultados e objetivos do estudo, focamos na pesquisa qualitativa, que possibilita maior aproximação e riqueza de informações, uma vez que para a produção e a dimensão do coletivo, a pesquisa qualitativa permite buscar informações do sujeito e suas histórias, maior envolvimento do entrevistado com o entrevistador, buscando, assim, realizar uma análise das políticas migratórias, públicas, e de como têm sido os desafios e proteção aos imigrantes e refugiados enquanto sujeitos de direitos.

Para a realização das entrevistas, contamos com a participação de 03 trabalhadoras assistentes sociais, sexo feminino, que aceitaram participar da entrevista; dentre elas 02 de Organizações da sociedade civil, na faixa dos 46 e 56 anos, 10 e 14 anos de trabalho com imigrantes e refugiados; e 01 assistente social de um equipamento público, na faixa de 69 anos, com 14 anos de atuação com imigrantes. Sendo assim, todas contribuíram através das suas narrativas para a reflexão e o debate sobre as políticas públicas e migratórias e o acesso

dos imigrantes e refugiados às políticas públicas, analisando, dessa forma, os avanços, mas também as dificuldades e os obstáculos encontrados por eles.

CAPÍTULO I - IMIGRAÇÃO, POLÍTICAS MIGRATÓRIAS E REFLEXÕES NO CAMPO DA PESQUISA FRANÇA E BRASIL

1.1 Tipos de política migratória na França

A história da França, desde a sua constituição como nação, sofreu grandes fluxos de imigração. A França viveu uma revolução industrial e duas guerras mundiais, com queda na taxa de natalidade e queda na mortalidade, assim, precisando de mão de obra para sua reconstrução, e passando também pelos 30 anos gloriosos, período de grande crescimento econômico, pois poucas pessoas nasceram durante as duas guerras, trazendo, desse modo, a necessidade de mão de obra imigrante, contudo, menos europeus, mais africanos e mais "asiáticos".

Em 1945, o Estado criou o Escritório Nacional de Imigração¹ (ONI) em 2 de novembro de 1945, para controlar os fluxos migratórios, mas também para incentivá-los, sendo alguns trabalhadores recrutados diretamente em seus países de origem. Assim, neste momento, temos uma política de imigração que consistia, sobretudo numa política de mão de obra, e os italianos continuam a ser a nacionalidade estrangeira mais importante depois da guerra, depois dos espanhóis e dos portugueses. Esse estabelecimento administrativo público tinha duas responsabilidades de controle:

- O Ministério do Trabalho e Segurança Social para o recrutamento de trabalhadores;
- O Ministério da Saúde Pública e População para exames médicos de estrangeiros.

Em 1968, temos os argelinos, cuja questão é particular, uma vez que eles são franceses até 1962 (colonizada a Argélia é composta de três departamentos franceses até sua independência) e, assim, se beneficiam até essa data de condições específicas de circulação. E não passam pelo ONI. Após a independência da Argélia, foram assinados acordos entre a França e a Argélia

¹ Notre histoire – Ofii -L'immigration avant la mise en place de l'ONI.

para fixar cotas de trabalhadores argelinos, de modo que, em 1972, uma vez na França, os argelinos tinham nove meses para encontrar um emprego. Logo, se fossem bem-sucedidos, recebiam um certificado de residência estabelecido por cinco anos.

Nos anos de 1970 a 1975, a população imigrante trabalhava principalmente no setor secundário: construção, obras públicas, indústria e também agricultura. A maioria dos imigrantes ocupava empregos de baixa qualificação, como operários, assim como trabalhadores qualificados e trabalhadores agrícolas.

Em 1974-1980, com a crise econômica mundial, temos as fragilidades da economia francesa, pois os sucessivos governos tentaram lutar simultaneamente contra o desemprego e a inflação, também, o Estado suspendeu a imigração de trabalhadores permanentes. Em 1980, a ONI prosseguiu com os seus três objetivos:

- Primeiro objetivo: os agentes da ONI são responsáveis por acolher os trabalhadores e suas famílias e encaminhá-los para os serviços essenciais;
- Segundo objetivo: imigração familiar, o Escritório é responsável por verificar se o trabalhador que deseja trazer sua família dispõe de recursos suficientes e acomodações adequadas para acomodá-la;
- Terceiro objetivo: assistência no retorno. O ano de 1977 marca o início da implementação da assistência ao retorno. A ideia é evitar que os trabalhadores voltem para casa em condições precárias. O sistema de auxílio ao retorno foi substituído em 1981 pelo auxílio à reinserção no país de origem, que apresentou melhores resultados.

Nesse sentido, o governo francês começa a suspender a imigração trabalhista e a autorização de residência para estrangeiros de alguns países. Durante esse período, nós temos uma política de controle de imigração, que está associada a uma política de reunificação familiar que requer uma melhoria nas condições de vida dos imigrantes na França, principalmente nas áreas de

habitação, educação, cultura e formação profissional, o que coloca um problema para o sistema de proteção social.

Entre 1990 a 2000, o ONI tornou-se *L'office des migrations internationales* (OMI). Além disso, esse período também é marcado por uma série de requerentes de asilo. Contudo, deve-se notar que, durante muito tempo, a França não definiu uma política de integração, embora seus imigrantes e descendentes já estivessem espalhados pela sociedade francesa. O desafio é definir uma política de integração imigratória que contribua para a legalidade.

No entanto, neste período, temos o endurecimento das políticas migratórias e a mudança nas políticas de imigração que leva a França a se adaptar à evolução migratória e à globalização. A imigração na França foi, portanto, durante muitos anos, considerada nacional, a questão agora reside nas novas perspectivas de abertura decorrentes da integração europeia e da globalização.

As políticas de imigração na França, desde os anos de 2000, e as mudanças do Serviço Social de Assistência ao Emigrante (SSAE) vem a substituir o IMO. Em 2005, foi criada a Agência Nacional de Acolhimento de Estrangeiros e Migração (ANAEM). Em 2009, o governo criou uma única operadora, o Escritório Francês para a Imigração e Integração (OFII).

As missões do OFII são:

- Acolher e apoiar os requerentes de asilo;
- A gestão dos procedimentos regulares de imigração (familiar, profissional);
- Recepção e integração de imigrantes;
- Assistência com retorno voluntário e reintegração;
- A emissão do parecer médico.

Organizações que fornecem dados sobre os imigrantes, de acordo com o Museu Nacional da História da Imigração:

- O OFII (Escritório Francês para a Imigração e Integração) fornece dados sobre os fluxos de entrada de estrangeiros a cada ano a partir do exame médico obrigatório que deve ser feito por cada migrante admitido ao permanecer na França por mais de três meses;

- O OFPRA (Escritório Francês para a Proteção de Refugiados e Apátridas) publica um relatório anual listando o número de pedidos de asilo e a concessão do status de refugiado;
- O INSEE (Instituto Nacional de Estatística e Estudos Econômicos) estabelece o número da população estrangeira com base nos dados do censo populacional. A partir de 2004, o INSEE não realiza mais um censo da população geral, mas sim censos anuais por amostragem para municípios com mais de 10.000 habitantes, o que resultaria em “uma abordagem fragmentada da imigração” (IHC);
- A cada ano, o INED (Instituto Nacional de Estudos Demográficos) estabelece um total do número de entradas na França com base nas informações do arquivo central de autorizações de residência;
- Desde a sua criação, em 1990, o IHC (Conselho Superior para a Integração) tem sido responsável por coordenar, harmonizar e centralizar as fontes emanadas das várias organizações;
- O CICI (Comitê Interministerial para o Controle de Imigração) aprovou um relatório ao Parlamento sobre a política de imigração todos os anos desde 2005, que reúne todos os números oficiais.
- Vários ministérios fornecem dados sobre imigração: Assuntos Sociais, Trabalho e Solidariedade; Educação nacional; o Interior (estatísticas sobre a emissão de autorizações de residência) ou a Justiça (dados sobre a nacionalidade francesa: aquisição, perda ou naturalização).

Para Nicolas Fischer² (2018 p. 33), analisar a produção das políticas de imigração significa, portanto:

Apreender seus diferentes níveis, levando em consideração suas lógicas sociais específicas. A complexidade do objeto torna difícil formular uma avaliação geral. No entanto, revela uma linha de tensão presente em todos os níveis, entre uma lógica restritiva, que pretende apertar o controle dos movimentos das pessoas, e uma lógica “liberal” de relaxamento relativo dos controles, realizada por diversos atores.

² FISCHER, Nicolas; HAMIDI, Camile. Les politiques migratoire (2016, p.1-33). Disponível em: Cairn.info (grenet.fr). Acesso em: 15 abr. 2021.

A imigração não diz respeito apenas à França ou à União Europeia, está presente no mundo, muitas vezes impulsionada pela violência, pelos efeitos das alterações climáticas ou pela procura de uma vida melhor, a mobilidade humana sempre existiu, seja para um país vizinho ou um país mais distante.

Quando falamos em mobilidade humana, por todo o lado está a questão do acolhimento, da convivência, do acesso aos direitos, assim, os imigrantes são procurados e, ao mesmo tempo, vistos como um problema ou uma tensão.

Para Jean David Peroz³ (2018, p. 1) as chamadas políticas públicas sociais atuam “através de mecanismos de solidariedade entre categorias sociais e entre gerações” para garantir “um certo nível de proteção social a todos os membros da sociedade”.

Portanto, nos países de acolhimento, os imigrantes estão geralmente sujeitos a mecanismos sociais e jurídicos que condicionam, limitam ou mesmo proíbem o acesso a determinados direitos. Muitas vezes, essa situação dificulta a integração e a participação dessas pessoas na vida social e económica do país de acolhimento, colocando-as em situação de pobreza, colocando em perigo o seu futuro e o das suas famílias.

1.1.1 O papel das associações na defesa dos direitos dos estrangeiros

Os países da União Europeia começam a ter problemas com o contexto de imigração atual e as dificuldades de coordenação, causando muitas dificuldades em relação à receção de refugiados e das demandas de asilo. O fenómeno migratório também suscita um debate na esfera económica sobre os impactos da imigração, dos refugiados sobre as condições de emprego, saúde, moradia, educação e a barreira linguística dos países de acolhimento.

As associações desempenham um papel importante na garantia do acesso aos direitos dos imigrantes e refugiados, associações que lideram uma batalha política para obrigar os Estados democráticos da Europa a receberem exilados.

³ Les politiques sociales (2018, p.01-08). PEROZ, Jean-David. Les politiques sociales en France – Disponível em: Cairn.info (grenet.fr). Acesso em: 15 mar. 2021.

Antoine Paumard⁴ (2018, p.41), a respeito de coesão social, discorre sobre o papel das associações no acolhimento a imigrantes que tiveram pedidos de asilo rejeitados:

Comentários gerais sobre o Estado ou as associações são sempre parciais, pois sempre faremos uma parte por um todo. Alguns, sustentando que o Estado é autoritário ou frouxo, e outros, sustentando que as associações são utópicas ou ingênuas, entram em conflito estéril. Haveria pelo menos um benefício triplo, se o engate do Estado tivesse um verdadeiro diálogo com as associações. O primeiro é pragmático: o Estado não tem mais dinheiro, as associações, que já estão em um grande número de parceiros no Estado, saber fazer muitas coisas com poucos meios, o segundo lucro é política: na frente da maioria atual, não há oposição; o terceiro benefício é ao serviço da coesão social: entre entidades públicas, prefeituras financiam associações que abrigam pessoas rejeitadas.

Segundo dados do Ministério da Educação Nacional⁵, o mundo associativo na França começou a partir da Lei de 1 de julho de 1901, modificada pela Lei nº 2017-86 de 27 de janeiro de 2017 "que reconhece a liberdade de qualquer cidadão ser ou não membro de uma associação".

A grande maioria das associações foi criada no século XX, após a Segunda Guerra Mundial. Pelas cifras do mundo associativo, hoje, estima-se 1,3 milhões de associações em atividade e, a cada ano, segundo dados do Ministério da Educação Nacional, são criadas 70 mil novas associações.

Na década de 1930, surgiram associações como a Cimade, Comitê Nacional de Ajuda Católica para Refugiados e Espanhóis, entre outras. A Liga dos Direitos Humanos (LDH), mobilizando-se contra a aceitação considerada muito restritiva da condição de refugiado.

Assim, temos um histórico de políticas públicas, e podemos observar os acordos e desavenças entre Estado e sociedade civil, a articulação entre a ação política e a mobilização cidadã.

Para Pierre Muller⁶ (2018, p. 28):

A transformação de um problema em um objeto de intervenção política é, portanto, sempre o produto do trabalho específico realizado por atores políticos que podem vir de sindicalismo, política, o mundo associativo ou grupos criados para a ocasião. Para entender o surgimento de uma política pública, será necessário começar por identificar esses diferentes atores e entender as relações entre eles.

⁴ L'accueil des migrants en France-Les associations en conflit avec l'État (2018, p.33-44). Revue Études, n. 4, 2018. Disponível em: Cairn.info (grenet.fr). Acesso em: 20 jan.2021.

⁵ Association Loi, 1901. Disponível em: Associations.gouv.fr. Acesso em: 15 abr. 2021.

⁶ Les politiques publiques (2018, p.07-29). Disponível em: Cairn.info (grenet.fr). Acesso em: 04 abr.2021.

A recepção de imigrantes é sempre vista como uma tensão, ela é, portanto, limitada, obedecendo a critérios estritos. Assim, quando a chegada de imigrantes é regular, o acolhimento é organizado e, quando é irregular, é feito o respeito aos direitos humanos.

Com o fechamento das fronteiras, nenhuma política migratória funcionou, pois, em uma crise migratória, o Estado passou a determinar seu volume, passando, assim, a uma imigração escolhida.

As associações francesas têm um papel político, mas também acolhedor e solidário, e as especializadas em migração são:

Associações que trabalham com migrantes, refugiados e requerentes de asilo:

- **Fórum Réfugiés (FR)**
- **France Terre d'Asile (FTDA)**

Realizam atividades de gestão delegadas pelo Estado, dos Centros de Acolhimento Requerentes de asilo (CADA) e Alojamento provisório. Há também os Centros (CPH), em que o seu funcionamento é assegurado em larga medida por fundos públicos; essas associações também participam nas consultas com as autoridades públicas.

Associações de defesa dos direitos estrangeiros

- GISTI (Associação para a defesa dos direitos estrangeiros), nascida em 1972, associação de conhecimento jurídico que lhe permite publicar numerosos relatórios, notas e cartas abertas, sua luta pela liberdade de movimento e fundos públicos;

- FASTI (Federação das Associações de Solidariedade com todos os Imigrantes), nascida em 1967, apresenta-se como um movimento que visa defender as lutas pelos direitos dos imigrantes e a igualdade de direitos e igualdade de direitos entre franceses e imigrantes. O movimento adota seu slogan, feminista, anti-capitalista, anti-colonialista e anti-racista. Princípio fundador deste movimento: o acolhimento incondicional das pessoas, a educação popular “especial atenção à forma como as relações sociais e de classe, de gênero e de raça podem influenciar a situação de vida das pessoas acolhidas”;

- La Cimade (a humanidade passa pelo outro), nascida em 1939, defende a dignidade e os direitos dos refugiados e migrantes “o objetivo do Cimade é mostrar solidariedade ativa para com os oprimidos e explorados. Defende a dignidade e os direitos dos refugiados e migrantes, sejam quais forem as suas origens, opiniões políticas ou convicções, luta contra todas as formas de discriminação e contra a xenofobia e o racismo”. Opera em parte com recursos estaduais, formados por funcionários e voluntários.

- ANAFE (Associação Nacional de Assistência Fronteiriça para Estrangeiros), criada em 1989: “o objetivo da ANAFE é atuar a favor dos direitos dos estrangeiros que se encontram em dificuldades nas fronteiras ou em zonas de espera”. Assim, seu objetivo é assegurar um papel político e de advocacia. A associação recebe fundos públicos, enviando seus relatórios a parlamentos, instituições e outras organizações.

Associação para a Defesa dos Direitos Humanos

- LDH (Liga dos Direitos Humanos), criada em 1898, “seu objetivo é a luta pela justiça, liberdades, direitos civis e políticos, os direitos econômicos, sociais e culturais, contra o racismo e anti-semitismo”. É uma matriz cívica livre e independente de partidos políticos, sindicatos e associações, envolvida na vida política, participando nos seus debates.

Associações na França, como em países da OCDE, desempenham um papel importante nas políticas sociais e são também um meio de produzir políticas sociais, com o objetivo de institucionalizar uma parceria com as autoridades locais e estaduais, com o objetivo de desenvolver o bem-estar e a proteção social. Abaixo trecho da carta aberta aos parlamentares:

Na cidade de Paris, em outubro de 2019⁷, as associações que seguem a realidade dos refugiados ou exilados, aderiram às vésperas de um debate anunciado no parlamento sobre a imigração e enviaram uma carta aberta das associações aos parlamentares, esta carta as associações falam contra a verdade e posturas demagógicas do espaço público, a França seria “muito generosa” e “atraente” nesses procedimentos de realidade de acolhimento é outra.

Estão a ser debatidas algumas situações, como as condições de acolhimento dos requerentes de asilo, em alojamentos subdimensionados no Centro de Acolhimento de Requerentes de Asilo

⁷ Lettre ouverte sur la carte de paiement des demandeurs d'asile - Ligue des droits de l'Homme. Disponível em: ldh-france.org. Acesso em: 17 set.2020.

(CADA) e o HUDA é um sistema de alojamento para requerentes de asilo.

De acordo com as associações que trabalham com o público, o Ministério do Interior encarregado da política de recepção admite que 01 requerente de asilo em cada 02, ou seja, cerca de 100.000 pessoas, não têm acesso à habitação e apoio no sistema de recepção nacional. Consequentemente, o reforço das condições de entrada no alojamento de pessoas sem-abrigo denunciado por algumas associações signatárias: instrução do Estado solicitando às associações que classifiquem os sem-abrigo e famílias de acordo com a sua situação administrativa, circular solicitando aos 115 que apresentem requerentes de asilo e refugiados acolhidos para transmissão ao Ministério do Interior sem se preocupar com o consentimento do povo.

A política de endurecimento do acolhimento, que viola o princípio legal do acolhimento incondicional em alojamentos de emergência, só resultou no preocupante aumento do número de desabrigados - muitas vezes famílias com crianças - e na proliferação de acampamentos e ocupações indignas em áreas metropolitanas (2.600 pessoas em Paris, 2.000 pessoas em Nantes e sua aglomeração, 2.000 pessoas em Toulouse, 1.500 pessoas em Bordeaux, 400 pessoas em Rennes), entre essas pessoas, há mulheres sozinhas com filhos, expostas à violência ou exploração, incluindo exploração sexual, tráfico de pessoas.

O OFII decidiu, sem consulta ao sector associativo e em meados de julho, proibir a retirada do distribuidor do subsídio ADA (6,80 euros por dia para uma pessoa), único recurso disponível para os requerentes, autorizados a trabalhar. O acesso aos cuidados também é desafiado pela ameaça de restringir o acesso à l'Aide Médicale d'État (AME) e da CMU-C e reduzindo a cesta de saúde. (CARTE OUVERT, 2019)

Além disso, a França se beneficia da chegada de estrangeiros, em particular para atender às necessidades de mão de obra não satisfeitas, que chegam a dezenas de milhares, para as empresas que lutam para recrutá-los.

Neste sentido, as associações pedem aos parlamentares que aproveitem as suas realidades, para formular propostas que garantam o respeito dos direitos fundamentais de todas as pessoas em situação de precariedade presentes no território nacional; e as associações propõem ainda que seja debatida a possibilidade de conceder autorização de residência a pessoas e famílias presentes em alojamento, por vezes, durante anos, de forma a permitir-lhes o acesso ao emprego e à habitação e acelerar o acesso à habitação para as pessoas em situação de rua, especialmente os refugiados.

Assim, temos uma articulação entre a assistência pública e a beneficência privada, que passam por diferentes áreas (saúde e social, política municipal, inserção profissional, cultura, educação popular). Hoje, um grande número de voluntários tem um papel importante no desenvolvimento econômico na geração

de empregos, por exemplo, o setor de Economia Social e Solidária (ESS), entre outros.

Por fim, há um debate na França e outros países da Europa entre representantes políticos e intelectuais, pensando na relação entre economia e sociedade civil, gasto público, concebido como um investimento da sociedade civil, de riqueza social, as associações têm um compromisso entre o Estado, a sociedade civil, e a economia pública.

1.2. Os impactos econômicos da imigração na França

1.2.1 Demografia

Segundo dados do INSEE⁸, em 1º de janeiro de 2021, a França tinha 67,4 milhões de habitantes. Durante o ano de 2020, a população aumentou 0,3%. Esse aumento é devido, em parte, ao aumento natural (+82.000), diferença no número de nascimentos e mortes, caindo drasticamente devido ao aumento acentuado nas mortes relacionadas à pandemia de Covid-19⁹.

Em 2020, 658.000 pessoas morreram na França, ou 7,3% a mais do que em 2019. A pandemia de Covid-19 afetou particularmente as mortes na primavera e no final do ano. A expectativa de vida ao nascer é de 85,2 anos para mulheres e 79,2 anos para homens. Diminuiu acentuadamente em comparação com 2019 (- 0,4 anos para as mulheres e - 0,5 anos para os homens). A queda é muito maior do que em 2015, ano marcado por uma forte gripe de inverno (- 0,3 anos e -0,2 anos).

Abaixo, o gráfico 1 mostra a pirâmide etária¹⁰ na França, em 2020. Podemos ver a base menor, que indica baixas taxas de natalidade. Além disso, o topo é mais largo e apresenta uma elevada proporção de pessoas idosas e

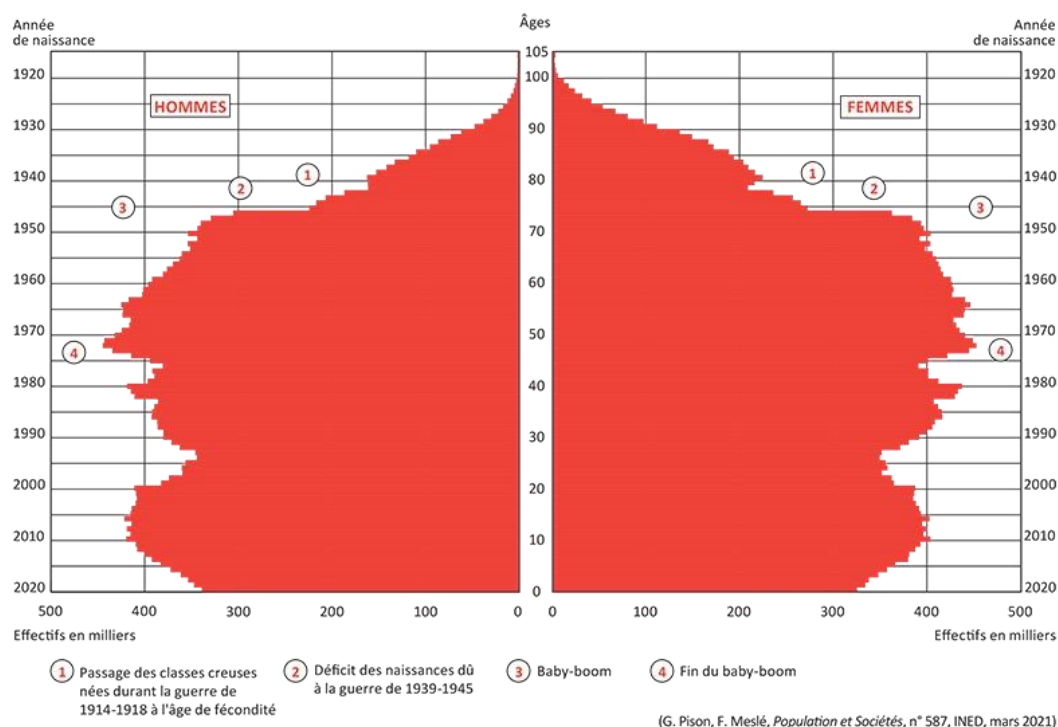
⁸ Bilan démographique 2020 – Bilan démographique 2020 | Insee.

⁹ Au début de l'année 2020, l'Organisation mondiale de la santé (OMS) a annoncé l'arrivée du nouveau virus qui est rapidement devenu une pandémie mondiale, le coronavirus, causé par (SARS-COV-2) une variante de la famille des Coronavirus, a été nommé par L'OMS du COVID-19 détecté pour la première fois depuis, le monde et nos vies ont profondément changé.

¹⁰ Pyramide des âges - Structure de la population - France - Les chiffres - Ined - Institut national d'études démographiques

uma alta esperança de vida. A França é um dos países europeus em fase de envelhecimento populacional, com baixo índice de crescimento vegetativo.

Gráfico 1 - Pirâmide de Idade



Escopo: População da França - Avaliação provisória em 1º de janeiro de 2020

G. Pison (Ined)

Fonte: Insee / Atualização: março de 2021

Além disso, no debate contemporâneo, a relação entre imigração e demografia é baseada principalmente na noção de migração de substituição. A migração de substituição é definida como a proporção de imigrantes necessária para conter o declínio populacional (associado ao declínio dos nascimentos e da força de trabalho) e o envelhecimento da população de cada país.

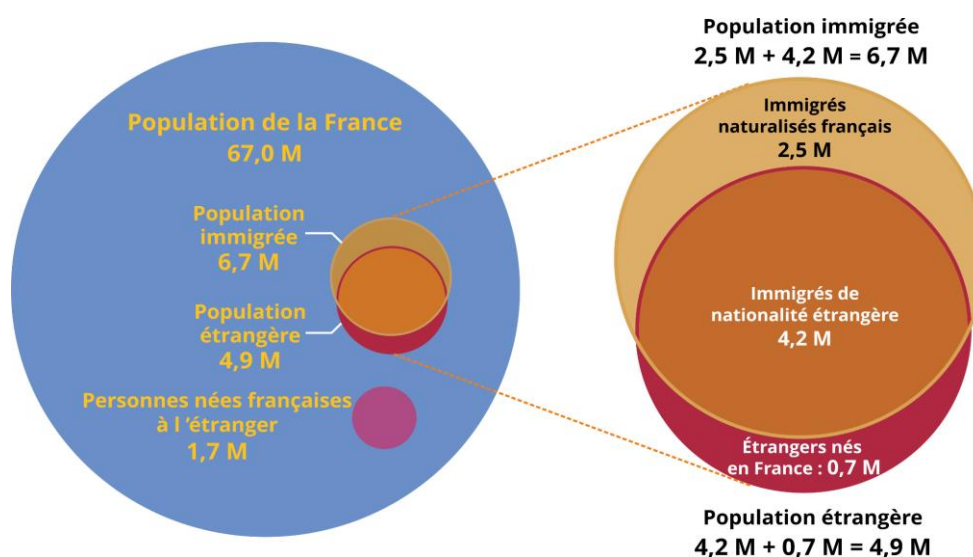
1.2.2. A situação da imigração na França

De acordo com dados do INSEE, em 2019, 6,7 milhões de imigrantes vivem na França, ou 9,9% da população total; 2,5 milhões de imigrantes, ou 37% deles, adquiriram a nacionalidade francesa. A população estrangeira, residente na França, chega a 4,9 milhões de pessoas, ou 7,4% da população total. É

formada por 4,2 milhões de imigrantes que não adquiriram a nacionalidade francesa e 0,7 milhão de pessoas nascidas na França de nacionalidade estrangeira.

Assim, 1,7 milhão de pessoas nasceram de nacionalidade francesa no exterior. Com imigrantes (6,7 milhões), no total, 8,4 milhões de pessoas que vivem na França nasceram no exterior, ou 12,6% da população.

Gráfico 2- Situação da Imigração na França



Nota: Dados provisórios, retirados de estimativas populacionais avançadas.

Campo: França.

Fonte: INSEE [populaçãoeestima 2019](#).

DEFINIÇÕES do¹¹ INSEE:

- **Migrante Internacional:** As Nações Unidas recomendam reter como migrante internacional qualquer pessoa que mude de país de residência habitual por um período de permanência de pelo menos um ano, independentemente do motivo;
- **Estrangeiro:** Pessoa que não tem a nacionalidade do país onde reside;
- **Imigrante:** Pessoa nascida em país diferente daquele onde reside e que, portanto, cruzou uma fronteira (ou mais) desde o seu nascimento.

¹¹ Disponível em: [563.comparaison.internationale.immigre.2019.2.fr.pdf \(ined.fr\)](#). Acesso: 19 nov.2020

Ela pode ter a nacionalidade do seu país de nascimento ou ter outra nacionalidade, nomeadamente a do país em que reside.

1.2.3 Os desafios e os custos da imigração na França

Para entender a política de migração na França, devemos manter o debate sobre a política europeia de imigração. A França é um país de imigração de longa data, mas as políticas de imigração são recentes, principalmente devido à crise de migração em toda a Europa e no mundo.

Assim, a política de imigração da UE, no que diz respeito à imigração e indocumentados, em matéria de imigração regular, estabelece as condições para a entrada e permanência legais. A imigração irregular é tratada principalmente por meio de uma política de repatriação que respeita os direitos fundamentais.

Neste sentido, a atual crise migratória, na Europa, tem sido a pior desde a Segunda Guerra Mundial; em 2015 e 2016, o fluxo migratório exigiu ações e reformas para garantir a segurança das fronteiras, bem como uma partilha de responsabilidades e solidariedade entre os países da UE.

Além disso, a Europa tornou-se o destino de muitos imigrantes devido a vários fatores: segurança, demografia e direitos humanos.

Ademais, em 2015, 1,25 milhão de requerentes de asilo foram registrados na UE, em 2019, o número de requerentes de asilo caiu para 612.700. Em 2015, mais de 120.000 pessoas chegaram à Europa por mar, houve uma queda no número de cruzamentos ilegais para 141.700.

Assim, em 2017, há um novo pacto sobre migração e asilo, que estabelece procedimentos mais rápidos em todo o sistema de asilo e migração da UE. O novo pacto constitui uma revisão do regulamento de Dublin, que determina o país responsável pelo processamento de cada pedido de asilo. (Parlamento Europeu, 2020).

De acordo com Dihal¹², a França também se comprometeu com o Representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), de que a França receberá 10.000 refugiados reassentados em 2018 e 2019. Esse compromisso abrange o recebimento de 7.000 refugiados sírios do Líbano, Jordânia e Turquia e de 3.000 refugiados do Níger e Chade. A França também está trabalhando por uma solidariedade europeia mais forte, comprometendo-se a acolher quase 20.000 requerentes de asilo da Grécia e da Itália como parte de acordos de relocação.

A integração desses beneficiários de proteção internacional é uma questão muito importante. Específico, porque é principalmente um público não francófono, muitas vezes, vulnerável por vir de zonas em guerra (Afeganistão, Síria, Líbia etc.), tendo um nível de qualificação inferior à média dos estrangeiros recém-chegados. Apesar dessas fragilidades, os beneficiários de proteção internacional demonstram uma grande capacidade de integração na França¹³.

Tendo em vista os dados fornecidos no parágrafo anterior, as informações do Parlamento Europeu, a política de imigração na França é organizada não só pelo direito francês, mas também por decisões da União Europeia.

Além disso, a França vem implementando gradualmente uma política de imigração e asilo, desde o verão de 2015, com a chamada “crise migratória” da chegada de sírios em fuga da guerra, apresentando dificuldades em políticas migratórias coerentes. A imigração pode ser vista de várias maneiras (migração econômica, familiar e humanitária).

De acordo com dados da OCDE, de 2014, qualquer que seja sua origem, a imigração tem impactos significativos em nossas sociedades. Portanto, o impacto econômico não é exceção.

No entanto, o observatório de imigração e demografia, de 2020, até o momento, assegura que não há nenhum estudo que permita uma avaliação completa e atualizada do impacto da imigração nas finanças públicas da França.

Despesa do Estado exclusivamente voltada para o apoio à imigração:

- As despesas da missão “imigração, asilo e integração” do orçamento do Estado, na ordem de 0,1% do PIB;

¹² Disponível em: [Stratégie-intégration-V050618-Logos-2.pdf \(accueil-integration-refugies.fr\)](#). Acesso em: 18 jan.2021.

¹³ Dihal, junho de 2018.

- Despesas estaduais com assistência médica, 1 bilhão de euros para 2020;
- A despesa do programa 177 do orçamento do Estado. “Alojamento, prevê para a habitação e integração de pessoas vulneráveis”, 2 milhões de euros, em 2020;
- As despesas da polícia de fronteira e a luta contra a imigração ilegal, 1,2 milhões de euros, segundo a Polícia Nacional.

Para Mireille Elbaum¹⁴ (2011, p. 5-28):

A proteção social abrange os regimes de seguro social que dão origem a uma afiliação ampla e obrigatória - na França, Segurança Social, regimes diretos de empregadores públicos. (Estado e grandes empresas públicas), complementar regimes de pensões e seguros de desemprego e intervenções sociais por parte do Estado, autarquias locais e instituições sem fins lucrativos (ISFLSF) realizadas ao abrigo do que é frequentemente denominado "Assistência social". Também cobre benefícios extrajudiciais pagos pelas empresas aos seus empregados e seguros coletivos mutualizados administrados, por exemplo, por instituições de previdência (IP).

De acordo com la vie publique¹⁵, o Regulamento de Dublin, de 2013, prevê, em particular, a obrigação de os refugiados apresentarem o seu pedido de asilo no primeiro país da Europa onde entraram.

Em 2019, a França recebeu 177.822 pedidos de asilo. A dificuldade apresentada pelo OFPRA é o tempo médio de estudo dos arquivos, 12 meses, ou seja, apenas após os primeiros 06 meses, seu pedido de autorização de trabalho pode ser considerado em 02 meses.

No entanto, as políticas de integração são necessárias para apoiar um imigrante não francófono com um baixo nível de qualificação, como o acesso em longo prazo, ao emprego, à formação profissional e linguística, aos laços sociais, à vida cívica, ao esporte e à cultura.

Assim, falamos de fenômenos migratórios, de mulheres, homens, crianças, jovens, idosos, pessoas com deficiência cujas realidades passam por

¹⁴ Disponível em: I. La protection sociale: contours et ordres de grandeur | Cairn.info (grenet.fr). Acesso em: 21 set. 2020.

¹⁵ Disponível em: Vie publique: au coeur du débat public (vie-publique.fr). Acesso em: 21 nov. 2020.

vários problemas estruturais como: relações e vínculos; sexualidade e gênero; trabalho, renda e ocupação; violência e violação de direitos (trabalho desprotegido; abuso e exploração sexual; trabalho infantil; dependência química; falta de moradia e conflito com a lei; especificidades de povos tradicionais e etnias).

1.2.4 Assistência Médica no Combate à Exclusão

Nesse sentido, a lógica do modelo social de 1945, de colocar a proteção social no trabalho, fazia sentido quando o número de trabalhadores era quatro vezes maior do que o de inativos. Na Europa, a era do pleno emprego, aliada a uma política social abrangente e a um capitalismo supostamente controlado e organizado, tornou-se um sonho cada vez mais distante após a Segunda Guerra Mundial, trazendo novos riscos.

Em 1945 houve a criação da segurança social: unidade das instituições e universalidade dos riscos: sistema único e fundos de competência geral; generalização gradual para toda a população e financiada por dupla contribuição; fortalecimento da democracia: órgãos de direito privado com autonomia de gestão e administrados por Conselhos de Administração compostos por representantes dos empregados e dos empregadores.

Desde o estabelecimento da segurança social, todos os estrangeiros ilegais têm acesso aos cuidados de saúde. Tipos de sistema de saúde¹⁶:

- A assistência médica gratuita (AMG, lei de 15 de julho de 1893), confiada à assistência social descentralizada, assegurava a todos os residentes na França o direito, para si e para seus dependentes, à assistência para despesas de atendimento que eles não pudessem arcar;
- Em 1993, seguro saúde AMD que, complementando ou substituindo o seguro saúde para pessoas sem direitos abertos, dizia respeito aos mais pobres, geralmente jovens adultos que nunca tiveram

¹⁶ Questions d'économie de la santé - Irdes.

um emprego. "Loi Pasqua" (24 de agosto de 1993), a lei aboliu o direito à proteção social para "indocumentados";

- Em 1999, Cobertura Universal de Saúde (CMU) e unificação dos direitos de seguro saúde para todos os residentes na França, criando de fato uma proteção universal de saúde real. A PUMA substituiu, em 2016, a CMU (Cobertura universal de saúde), e visa a cobertura de custos de saúde "para qualquer pessoa que trabalhe ou resida em França de forma estável e regular", conforme definição da organização AME.
- Em 2000, a criação do Auxílio Médico do Estado (AME) é um dispositivo que permite aos estrangeiros, em situação irregular, se beneficiarem de acesso aos cuidados de saúde. É concedido sob condições de residência e recursos.
- Médecins du Monde é um movimento internacional independente de ativistas ativos que cuidam, testemunham e apoiam as mudanças sociais, que capacitam as pessoas excluídas e suas comunidades a terem acesso aos cuidados de saúde, enquanto lutam pelo acesso universal a esse serviço. Áreas de intervenção que estruturam a nossa ação: apoio às vítimas de crises e conflitos, promoção da saúde sexual e reprodutiva (SSR), redução de riscos (RH), atendimento às populações migrantes, deslocadas, e redução do impacto do meio ambiente na saúde. Os sistemas de saúde que apoiam os imigrantes na França, como L'AME, Puma e Médicos do Mundo(Médecins du monde), são importantes para reduzir os riscos para a saúde.

Segundo informações do Instituto de Pesquisa e Documentação em Economia da Saúde (IRDES, 2019), isso mostra que os imigrantes de países em desenvolvimento precisam de cuidados vinculados à prevalência de doenças infecciosas, como tuberculose ou hepatite, no país, além de doenças crônicas, problemas de saúde mental. Mais uma vez, a recente feminização das populações migrantes sugere um aumento dos cuidados de saúde reprodutiva, redução da mortalidade materna, lembrando que: "Toda mulher deve ser capaz de escolher se e quando se casa, se deve ou não ter filhos, seu número e o

espaçamento de seus filhos”¹⁷, de acordo com dados dos médicos do mundo (Médecins du monde), sobre o acesso a cuidados para pessoas sem documentos na Europa, dos quais 93% vivem apenas na pobreza, da mesma forma, 6 em cada 10 sofrem de uma doença crônica, para a qual apenas 02 recebem tratamento.

Além disso, a partir de novembro de 2019, durante a apresentação de medidas sobre política migratória, o governo anunciou o endurecimento das regras. Os requerentes de asilo têm acesso ao sistema PUMA, ou seja, à segurança social básica, assim que apresentam o seu pedido.

Assim, o governo quer um estabelecimento para seus solicitantes de refúgio com déficit de 03 meses para acessar a PUMA. Em relação ao AME, foi discutida uma redução na cesta de cuidados.

Por fim, as medidas sobre o prazo de entrada dos requerentes de asilo cairiam de 12 para 06 meses, representando uma forma de agilizar o processo. O que teria uma carência de três meses para acessar aos cuidados de saúde. Porém, todas essas mudanças representam um risco para a Saúde como tratamento de doenças como HIV, Hepatites, Tuberculose, entre outras.

O acesso aos cuidados de saúde para a população imigrante, na França, é assegurado por Associações, Espaços de inserção solidária, Permanences d'accès aux soins de santé (Pass), Centres et maisons de santé, Caisses primaires d'assurance maladie (Cpam), Centres d'accueil, de soins et d'orientations(Cas), Centres d'accueil, d'orientation et d'accompagnement (CAOA), Centres de protection maternelle et infantile (PMI), Centres communaux d'action sociale (CCAS), Centres d'aménagement, Points d'accès aux droits (Pad).

¹⁷ Conferência Internacional sobre mulheres Pequim,1995.

1.3 Trabalhadores sociais e migração na França

De acordo com L'aide Sociale¹⁸:

A maioria dos assistentes sociais trabalha em conselhos departamentais, sendo que cada conselho tem um serviço social ou serviços especializados, que permitem o apoio às pessoas em diferentes áreas: habitação, saúde, mobilidade, gestão do seu orçamento. Os assistentes sociais do CCAS (Centre Communal d'Action Sociale) realizam as mesmas ações que as descritas acima, como o exame dos processos do Le Revenu de solidarité active (RSA), que é um benefício social francês, que complementa os recursos de uma pessoa pobre ou de baixa renda, de forma a garantir-lhe uma renda mínima, seguido de auxílios como o APA (Alocação Personalizada de Autonomia), ASH (Assistência Social para alojamento).

Além disso, na França, as áreas de intervenção de um assistente de serviço social (ASS) são o apoio a pessoas que enfrentam dificuldades financeiras, sociais, de saúde ou psicológicas.

Para Brigitte Bouquet¹⁹ (2011, p. 6-9), “a ação realizada com os estrangeiros faz parte das missões realizadas pelo serviço social”. Isso se explica, por um lado, pelo lugar dos assistentes sociais diante de uma realidade cotidiana a cidadania social (acesso ao trabalho, moradia, cuidado, etc.).

O trabalho social é constantemente confrontado com as contradições entre os contratos públicos, a implementação da ética profissional e a necessidade de ter em conta a realidade cotidiana dos migrantes. Encontram-se particularmente em dificuldade quando se encontram em situação de precariedade ou irregularidade. Além disso, de acordo com as suas missões, os assistentes sociais devem recebê-los, aconselhá-los, acompanhá-los, ajudá-los a encontrar alojamento, facilitar o seu acesso a cuidados, etc. O trabalho social está envolvido na forte tensão das políticas de imigração que oscilam entre as preocupações humanitárias e sociais, por um lado, e o controle dos fluxos migratórios, por outro. (BOUQUET, 2011, p.11-12).

Referente à noção de apoio social na França, o assistente social deve ter uma perspectiva clínica, ouvir, respeitar a privacidade da pessoa, através de um diálogo de incentivo e de uma relação de confiança, o apoio deve permitir que o

¹⁸ Disponível em : RDV assistant social (CAF, CCAS...): Comment prendre contact ? (aide-sociale.fr) Acesso em: 18 de abr.2021.

¹⁹ Disponível em: Revue Hommes & Migrations 2011/2 | Cairn.info (grenet.fr) Acesso em: 22 jan.2021.

sujeito se coloque, havendo assim apoio, troca, para o desenvolvimento da autonomia.

De acordo com o movimento de apoio e integração social MAIS, esse contrato se assenta em objetivos concretos e claros, definidos por políticas sociais e textos normativos:

- acesso aos direitos cívicos e sociais;
- acesso a cuidados e saúde;
- acesso à habitação;
- acesso à cultura e lazer;
- acesso à inserção profissional e ao emprego.

O projeto personalizado e o documento de suporte individual materializam os objetivos e métodos do suporte.

Baseia-se em dois polos extremos:

- a missão confiada de acordo com os objetivos do Serviço e as orientações gerais das políticas sociais;
- a necessidade imperiosa de ter em conta o desejo da pessoa apoiada, essa expressão foi original, diferente do esperado. O apoio social só é legítimo no quadro do respeito fundamental pelas liberdades individuais.

Os assistentes sociais enfrentam diversas dificuldades, muitas vezes impostas pelas políticas públicas e pelas barreiras trazidas pelos imigrantes, fazendo com que o trabalho entre as organizações públicas e privadas, para o acesso à lei e para que essa autonomia se concretize, considerando que cada caso é um caso, identidades diferentes, principalmente quando trata-se de lidar com diferentes culturas, religiões e especialmente famílias e crianças.

No Brasil, a proposta da Assistência Social, hoje, é focar suas ações na família e não se limitar a atender apenas às demandas das famílias e comunidades. Busca reconhecer e investir no potencial das pessoas e das comunidades, estimulando o protagonismo e a autonomia. Oferecer proteção social e desenvolver ações centradas na família levando em consideração um contexto socioeconômico específico. O alcance da proteção social requer a inclusão de indivíduos e famílias nos serviços de assistência social.

Segundo o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), é importante ressaltar que o atendimento e o acompanhamento devem ser realizados com base nas seguintes premissas:

- Reconhecimento do papel da família, suas potencialidades e necessidades individuais e coletivas como direitos.
- Entender que a família é um espaço de cuidado e proteção, mas também de conflitos e até violações.

Deve haver ações que fortaleçam as famílias em sua capacidade protetora, buscando seu protagonismo, suas capacidades e potencialidades, mas sem responsabilizá-las por sua condição de vulnerabilidade.

Por fim, para que o plano de apoio individual ou familiar aconteça, o(a) assistente social deve realizar um diálogo interdisciplinar com as demais profissões da rede de proteção social, a fim de encontrar respostas para as ações do plano de apoio.

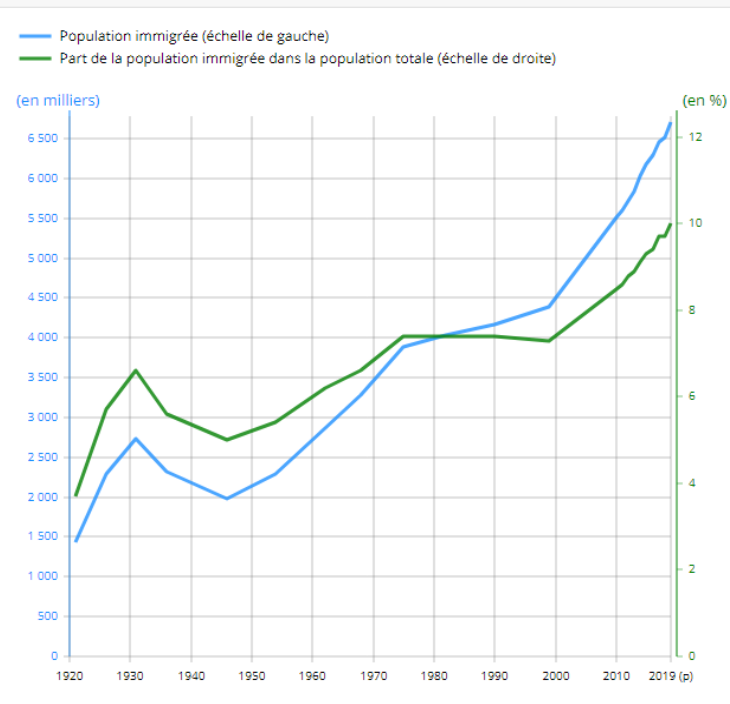
1.4. Abordagens e reflexões no campo da pesquisa Brasil e França

A França tem uma história de imigração antiga, assim, após a Segunda Guerra mundial, o país passou por um período de reconstrução, exigindo mão de obra dos imigrantes. O país viveu um período de crescimento econômico durante os gloriosos 30 anos - 1945-1975, passando por grandes transformações econômicas e sociais. Portanto, a partir de 1946, a França tem um aumento no fluxo de imigrantes expressivos.

Segundo o INSEE, a população imigrante ascendeu a 9,9% da população residente na França, em 2019, contra 7,4%, em 1975 e 5% em 1946.

Gráfico 3- Evolução da população na França de 1921 a 2019

Évolution de la population immigrée en France de 1921 à 2019



Champ : France métropolitaine de 1921 à 1990, France hors Mayotte de 1999 à 2013, France, y.c. Mayotte, depuis 2014.

Source : Insee, recensements de la population et estimations de population.

Quadro 1- Características das pessoas que entraram na França em 2019

en %

	Afrique	Europe	Asie	Amérique, Océanie	Ensemble des immigrés	Ensemble des non-immigrés
Femmes	52	50	52	57	52	51
Moins de 18 ans	28	27	22	26	26	28
18 à 29 ans	35	27	41	34	33	39
30 à 44 ans	27	24	28	27	26	19
45 à 64 ans	8	17	8	11	11	11
65 ans ou plus	2	6	1	2	3	3
Aucun diplôme	28	20	24	21	24	4
Brevet des collèges, CAP ou BEP	14	16	8	13	13	9
Baccalauréat ou équivalent	20	22	18	21	20	17
Diplôme du supérieur	39	42	50	46	43	70
En emploi	22	49	22	35	32	52
Chômeurs	27	12	16	19	19	14
Étudiants	22	14	31	20	21	24
Inactifs hors étudiants	29	26	31	27	28	11
Nombres d'entrées en 2019	112 000	87 000	44 000	30 000	273 000	113 000

Notes :

- les personnes non-immigrées sont nées en France ou nées françaises à l'étranger ;
- le diplôme et l'activité portent sur les personnes de 15 ans ou plus.

Lecture : en 2019, 112 000 immigrés originaires d'Afrique sont entrés en France. Parmi eux, 52 % sont des femmes et 28 % ont moins de 18 ans.

Champ : France.

Source : Insee, enquête annuelle de recensement 2020.

O quadro acima demonstra as características em meados da década de 1970, os fluxos migratórios eram na maioria masculinos. Em 1974, com a crise econômica e a diminuição da imigração laboral e autorizações de residência, a substituição pela imigração familiar aumenta a participação das mulheres nos fluxos de imigração. Segundo o INSEE, em 2019, 51% dos imigrantes eram mulheres, contra 44%, em 1975 e 45%, em 1946.

Além disso, na década de 1980, as mulheres migravam por motivos não familiares, mas para encontrar um emprego com seu diploma ou para estudar.

Em 2018, verifica-se um aumento nesse percentual: as mulheres representam 51% da população imigrante, proveniente da China (66%), Sudeste Asiático (56%), Marrocos (56%) e Argélia (55%). Há um aumento de mulheres oriundas da Ásia e Oriente Médio (de acordo com o Insee).

Quadro 2- Imigrantes vivendo na França, em 2019, de acordo com seu continente de nascimento

	Part (en %)
Afrique	46,5
Europe	33,3
Asie	14,7
Amérique, Océanie	5,4

Champ : France

Source : Insee, [estimations de population 2019](#).

Além disso, a maioria dos imigrantes que vive na França é da África, de acordo com o INSEE, em 2019, 46,5% dos imigrantes nasceram na África, 33,3% nasceram na Europa. Os países de nascimento de imigrantes mais frequentes são Argélia (12,6%), Marrocos (12%), Portugal (9%), Tunísia (4,5%), Itália (4,3%), Turquia (3,7%) e Espanha (3,6 %). Metade dos imigrantes vem de um desses sete países (49,7%).

Quadro 3 - Imigrantes que chegaram à França, em 2018, de acordo com seu continente de nascimento

	Part (en %)
Afrique	38,9
Europe	34,1
Asie	17,2
Amérique, Océanie	9,9

Source : Insee, Enquête annuelle de recensement 2019.

Assim, em 2018, 38,9% dos imigrantes que chegaram à França nasceram na África e 34,1% na Europa. Os imigrantes que chegaram à França, em 2018, nasceram com mais frequência no Marrocos (9,4%), Argélia (7%), Itália (4,4%), Tunísia (4,2%), Espanha (3,7%), Reino Unido (3,3%) , China (2,5%), Romênia (3%) ou Portugal (2,7%).

As políticas de migração na França são recentes. Logo, durante 1945-1973, a França abriu suas fronteiras para a imigração laboral; os estrangeiros solteiros são considerados como uma força de trabalho não francesa. No período de 1974 a 1981, a França começou a fechar as fronteiras da imigração laboral e a incentivar a imigração familiar, ao mesmo tempo que implementou uma política de assistência ao retorno.

Além disso, em 1981, esse país propôs uma política de integração dos imigrantes e a dimensão intercultural da sociedade. Desse modo, foi criada, em 1982, a Agência para o Desenvolvimento das Relações Interculturais (ADRI), com o objetivo de promover o intercâmbio intercultural e o diálogo entre as populações estrangeiras na França.

Contudo, na década de 1980, no país, houve uma abertura às políticas de integração, bem como a necessidade de uma política com medidas voltadas para a população imigrante, como recurso escolar para a integração de alunos de origem estrangeira, denominadas zonas prioritárias de ensino (ZEP) e uma política de desenvolvimento social de bairro (DSQ) que visa combater a exclusão e a guetização de bairros desfavorecidos.

Em 1988, foram criadas a Comissão de Acesso à Cidadania (CODAC) e o Grupo de Estudos sobre Discriminação, tendo-se, assim, a Lei nº 2001-1066 de 16 de novembro de 2001, uma lei anti-discriminação, e a criação da Alta Autoridade de Combate à Discriminação (HALDE) e o Fundo de Apoio e Ação para a Integração e Combate à Discriminação (FASILD).

A partir da década de 2000, há uma política de integração para o acolhimento de recém-chegados, sendo criada a Agência Nacional de Acolhimento de Estrangeiros e Migração (ANAEM) e o Serviço Social de Assistência ao Emigrante (SSAE), para acolher os imigrantes que chegam à França, além da Agência para a Coesão Social e Igualdade de Oportunidades (ACSÉ).

No entanto, em 2006 e 2007, temos leis que promovem a permanência e a inclusão de recém-chegados, como a Lei nº 2006-911 de 24 de julho 2006, a França começa a se preocupar com a recepção e integração incluindo o ensino de idiomas, a revisão de competências cívicas e profissionais, a Lei nº 2007-1631 de 20 de novembro de 2007, torna obrigatório o contrato de acolhimento da família.

Em 2008, a França adotou tratados ou acordos bilaterais, o pacto europeu para a imigração e asilo.

Após a crise da imigração, em 2015, a França começou, em março de 2016, visar os direitos dos imigrantes, procurando acomodar melhor aqueles que têm direito à regularização, atrair excelente mobilidade e lutar contra os fluxos migratórios irregulares.

Em 2018, a França implementou uma ambiciosa política de acolhimento e integração que visa um melhor acolhimento de todos, proporcionando uma integração como (idioma, emprego, habitação e direitos sociais).

Em suma, as fontes dos direitos dos imigrantes são complexas e não se enquadram apenas no direito francês, mas em acordos bilaterais, textos e tratados internacionais. Dessa forma, entre 1980 e 1990, foi implantada uma política de integração acolhedora, que sofreu alguns retrocessos, passando a ser considerada como uma política de controle dos fluxos migratórios.

1.4.1 A noção de investimento social

Em 1980, são muitas as mudanças econômicas, que são produzidas na economia, com profundas repercussões no mundo do trabalho, as consequências são a crescente geração de desemprego, uma maior expansão de empregos precários, atingindo homens e mulheres de todas as idades, especialmente os jovens.

A questão social é uma aporia fundamental sobre a qual uma sociedade vive o enigma de sua coesão e tenta evocar o risco de sua fratura. É um desafio que questiona, questiona a capacidade de uma sociedade (o que chamamos na época política de nação) de existir como um grupo ligado por relações de interdependência.²⁰ (CASTEL, 1995 p. 18)

Além disso, o agravamento da questão social e o retrocesso das políticas sociais são consequências da lógica financeira do regime de acumulação do sistema capitalista, que tende a provocar crises que se manifestam no mundo, uma delas é a “crise da imigração”. Os fluxos de imigração começaram após a Segunda Guerra Mundial. Neste momento histórico temos a Ásia e a África passando por um processo de independência, enquanto a Europa estava em reconstrução com oportunidades de emprego e o surgimento do Estado e Estados de bem-estar social - Unidos em plena prosperidade econômica.

A partir, em particular, da análise das abordagens à proteção social definidas pelas principais organizações internacionais - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), União Europeia, Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, Escritório Internacional do Trabalho (BIT), etc. -, é possível identificar o conteúdo dos três principais paradigmas das políticas econômicas e sociais que se seguiram para orientar as políticas sociais e suas reformas: abordagens keynesianas, neoliberais e de investimento social.²¹ (PALIER, 2016, p. 10-11)

²⁰ Reflexão do sociólogo Robert Castel no livro: as metamorfoses da questão social - uma crônica do sistema de assalariamento interpretado por Luiz Eduardo Wanderley no livro: a desigualdade e a questão social (apud Wanderley, 2010, p.59).

²¹ Vários autores analisam este processo de transformação dos welfare states adotando diferentes denominações, por exemplo (Morel, Palmer e Palier) com o welfare state invertido, todas convergindo na identificação das transformações em curso da intensificação para a redução do welfare state e da retratação de direitos.

Além disso, o que inspirou os pesquisadores a identificar novas questões sociais e a necessidade de redimensionar o estado de bem-estar keynesiano, como elementos básicos, é o pleno emprego, que não tem sua concepção original, mas está dentro da economia globalizada.

No que diz respeito à definição fornecida, na França, o investimento social é uma abordagem que visa dar um novo rumo à proteção social, destinada a equipar melhor os indivíduos no seu percurso de vida face à evolução das necessidades sociais e a promover uma economia baseada no treinamento e qualificação. Enfatiza-se a necessidade de intervir o mais cedo possível, principalmente desde a primeira infância, a fim de antecipar e prevenir os riscos sociais.

Segundo Morel (2016, p. 4):

Na década de 1990, a noção de investimento social foi promovida por diversos pesquisadores e especialistas em políticas públicas como uma resposta aos desafios da transição para uma sociedade pós-industrial e ao surgimento de novos riscos sociais. Foi então assumido pela Comissão Europeia e traduzido num “pacote de investimento social” desde 2013.

Para Hemerijck (2016, p.12), a política de investimento social é definida como uma política de proteção social que visa:

“Preparar” indivíduos, famílias e a sociedade para enfrentar novos riscos, e não simplesmente “consertá-los”. Os danos causados por crises econômicas ou pessoais. A qualidade paradigmática da teoria da política de investimento social repousa na combinação de diferentes objetivos fundamentais e na compreensão da relação de causa e efeito.

Além disso, o investimento social objetiva, então, fornecer uma nova resposta pública potencialmente adaptada aos desafios sociais do momento: a cobertura dos antigos riscos sociais parece cada vez mais difícil (desemprego, saúde, pensões), enquanto os novos são apenas parcialmente (pobreza em particular de crianças e famílias monoparentais, dificuldades de inserção profissional, em particular de jovens, mulheres e menos qualificados, dependência), num contexto de limitação de recursos financeiros²².

Para Raichelis (2013, p. 616):

²² Disponível em: investment.org Acesso em: 15 abr.2021.

Essa nova geração de políticas sociais expressa as transformações do bem-estar no contexto de crise e reconfiguração deste modo de regulação social-democrata que apoiou os estados de bem-estar social nos “trinta anos dourados” do capitalismo, e a transição para a construção de um novo modelo de regulação estatal - *workfare* - estrutura central do novo padrão de políticas sociais, que visa consolidar uma “nova racionalidade” redistributiva assente no compromisso obrigatório dos cidadãos de se subordinar a medidas de “ativação” (políticas ativas de emprego) de integração e inserção no mercado como contrapartida do acesso à “proteção social”.

Para Morel et al. (2012):

Assim, a perspectiva do investimento social se afasta de uma concepção de proteção social que intervém a jusante dos riscos, de forma compensatória, para insistir na dimensão preventiva. Ele também destaca, e de forma muito central, o potencial produtivo das políticas sociais. (MOREL et al, 2012, p. 4)

Nesse sentido, no contexto do sistema de proteção social brasileiro, são institucionalizados meios de lidar com os riscos biológicos como infância, velhice, adoecimento e riscos sociais como o desemprego, sempre envolvendo uma transferência de recursos sociais.

Os programas de transferência de renda no Brasil podem ter orientações políticas ideológicas e motivações diversas que vão do ponto de vista do suporte e da funcionalidade do mercado, tendo caráter compensatório.

Já no Brasil, a inspiração de muitos programas é pautada por uma perspectiva de redistribuição da riqueza produzida socialmente. No entanto, deve-se considerar que existem estudos que apontam para a redução da pobreza e das desigualdades no Brasil (YAZBEK, 2012, p. 43).

Em outubro de 2003, foi criado o programa Bolsa Família. O programa é voltado para crianças na tentativa de reduzir a pobreza intergeracional. Estabelecendo um conjunto articulado de políticas, o Bolsa Família é uma tentativa de fazer das políticas públicas um elemento essencial.

Nos primeiros dez anos, o Bolsa Família criou uma nova estrutura, aperfeiçoou os mecanismos, agregou benefícios e ampliou a abrangência e o impacto distributivo das transferências.

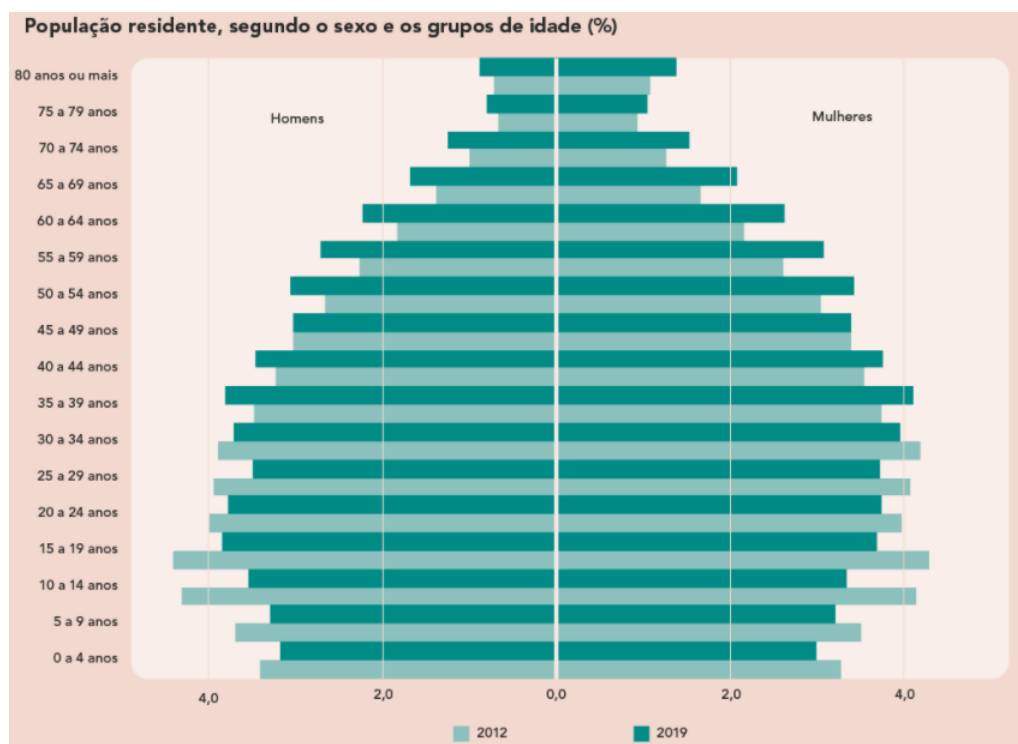
No entanto, o programa se consolidou e ocupou um lugar central na política social brasileira. Em nível internacional, é hoje uma referência em tecnologia de transferência condicional de dinheiro e uma das ações mais eficazes contra a pobreza. (CAMPELO, 2013, p. 15).

1.4.2 A evolução da política de migração no Brasil

(Pirâmide de idade)

O Brasil é o maior país da América do Sul com uma população de 213,05 milhões de habitantes, de acordo com dados do IBGE 2021.

Gráfico 4- Pirâmide etária Brasil



Fonte: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística 20/12/2019)

O envelhecimento da população brasileira aumentou em 2019, em relação a 2012. Essa mudança pode ser observada devido ao menor percentual verificado em 2019, nas faixas etárias mais jovens (base da pirâmide), ao mesmo tempo que houve um aumento dos percentuais das faixas etárias que estão no topo da pirâmide.

Além disso, em 1940, a expectativa de vida, ao nascer no Brasil, era de 45,5 anos. Essa expectativa tem crescido continuamente desde então e chegou a 76,3 anos, em 2018. Enquanto a expectativa de vida dos homens é de 72,8 anos, a das mulheres é de 79,9 anos. Os dados são provenientes das Tábuas de Vida Plena de 2018, publicadas pelo IBGE.

O Brasil é um país de imigrantes de diversos países e territórios, está mais uma vez entrando na rota da imigração no século XXI, devido ao crescimento do setor petroquímico e econômico, e também com a chegada de novas empresas europeias ao país. Recebemos muitos imigrantes bolivianos, agora estamos recebendo um grande número de venezuelanos, haitianos, nigerianos, congoleses, angolanos e sírios.

A lei brasileira de refúgio criou o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), um órgão interministerial presidido pelo Ministério da Justiça e que lida com a elegibilidade e integração local de refugiados. A lei garante documentos básicos aos refugiados, incluindo carteira de identidade e de trabalho, além de garantir a liberdade de movimento no território nacional e outros direitos civis.

Com base em dados fornecidos pelo CONARE, em 2013, o ACNUR elaborou uma análise estatística que demonstra o fortalecimento continuado da proteção aos refugiados e solicitantes de refúgio no Brasil.

O número total de pedidos de refúgio aumentou mais de 800% durante 2010 e 2013 (de 317 para 5769 solicitações de refúgio, respectivamente), sendo que a maioria dos solicitantes de refúgio vem da Ásia, África e América do Sul.

Interessa analisar, portanto, quem são esses refugiados/migrantes. Em termos de gênero e idade, o estudo do ACNUR demonstra que 90% são formados por adultos entre 18 e 30 anos e 10% das solicitantes são mulheres. Apenas 3% dos pedidos são apresentados por menores de 18 anos, dos quais 34% correspondem a crianças entre 0 e 5 anos.

As solicitações de refúgio, realizadas entre 2010 a 2012, eram, em sua maioria, apresentadas em São Paulo (45% do total de solicitações), seguida pelo Rio de Janeiro (20%) e Distrito Federal (14%). Em 2013, São Paulo permaneceu o Estado com maior número de solicitações (23%)²³.

Assim, para apreender o número de refugiados, segundo o Comitê Nacional para Refugiados (CONARE)²⁴, o Brasil reconheceu, em 2018, um total

²³ Disponível em: :<http://www.acnur.org/t3/portugues/recursos/estatisticas/dados-sobre-refugio-no-brasil/>. Acesso em 01 out 2020.

²⁴ O Conare - Comitê Nacional de Refugiados - é um órgão colegiado, vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, que delibera sobre o reconhecimento da condição de refugiado no Brasil.

de 1086 refugiados de diferentes nacionalidades, atingindo, assim, 11.231 pessoas reconhecidas como refugiadas pelo Estado brasileiro.

Segundo dados do ACNUR²⁵, no final de 2019, 79,5 milhões de pessoas em todo o mundo foram obrigadas a deixar suas casas. O deslocamento forçado quase dobrou. O número de crianças desacompanhadas é de 30 a 34 milhões.

Quadro 4- Deslocamentos Forçados no Mundo

MOVIMENTOS FORÇADOS NO MUNDO	
DESLOCADOS INTERNAMENTE (IDPS)	45,7 milhões de pessoas
REFUGIADOS SOB O MANDATO DO ACNUR	20,04 milhões de pessoas
REFUGIADOS SOB O MANDATO UNRWA	5,6 milhões de pessoas
REFUGIADOS CANDIDATOS	4,2 milhões de pessoas
VENEZUELA DESLOCADA NO EXTERIOR	3,6 milhões

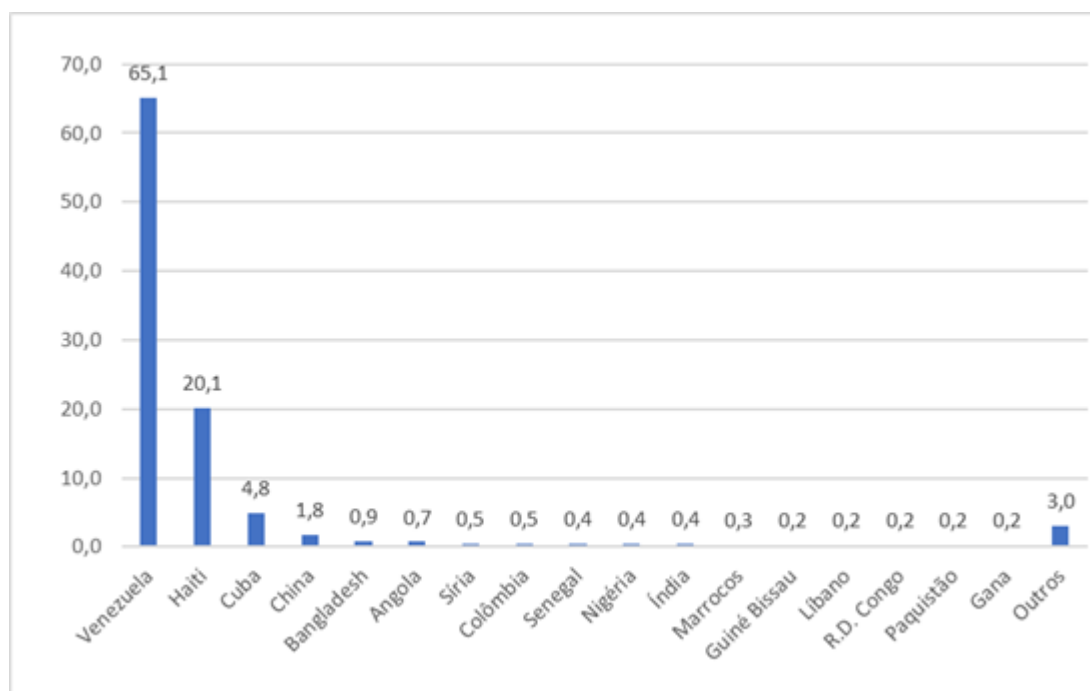
Fonte: contas da OBMigra baseadas em dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR, 2020).

Segundo dados publicados pelo Comitê Nacional para Refugiados (CONARE), o Brasil reconheceu, em 2019, um total de 21.515 refugiados, chegando a 31.966 pessoas reconhecidas como refugiadas.

Em 2019, de acordo com a Omgigra, os homens representavam 55,2% do total de pessoas que se candidataram ao estatuto de refugiado, enquanto as mulheres representavam 44,8% desse total. Entre os requerentes de refugiados venezuelanos, é a menor variação na distribuição por gênero. Proporção de 51,5% de candidatos do sexo masculino para 48,5% de mulheres. Seguem-se os requerentes de reconhecimento do estatuto de refugiado angolano, 52,2% dos homens para 47,8% das mulheres, enquanto os cubanos se distribuem entre 57,3% dos homens e 42,7% das mulheres.

²⁵ Alto Comissariado do ACNUR para Refugiados na ONU, dados sobre refugiados no final de 2019, sobre deslocamento forçado.

Gráfico 5- Distribuição relativa dos requerentes de reconhecimento da condição de refugiado, por principal país de nascimento - 2019



Fonte: relato da OBMigra, com base em dados da Polícia Federal, Pedidos de reconhecimento da condição de refugiado - Brasil, 2019.

No total, são 82.520 solicitações no ano, sendo 65,1% dos venezuelanos, Haiti com 20,1% e cubanos com 4,8%.

As nacionalidades com maior número de refugiados, de 2011 a 2019, foram os venezuelanos, seguidos de sírios e congoleses.

Além disso, as políticas de migração no Brasil dependem de tratados e acordos internacionais de direitos humanos. Ainda assim, o Brasil tem um acordo com a ONU e a UNRWA para refugiados, denominado Plano de Ação do Brasil (PAB), há dez anos o Brasil se compromete a fortalecer a proteção e integração dos refugiados.

Ademais, existe uma política de fronteiras solidárias, na qual, o Brasil passa a ter um ambiente favorável à proteção internacional, mas também um desafio no que diz respeito ao seu território.

Desse modo, existe uma lei muito avançada para refugiados, a Lei nº 9.474/ 97, que define a proteção ao refugiado e ao status de refugiado a partir do Estatuto do Refugiado, de 28 de julho de 1951. Aliás, as práticas aplicadas

aos refugiados, no Brasil, são internacionalmente reconhecidas e estão relacionadas aos direitos internacionais.

É bom lembrar que a condição do imigrante refugiado sempre será a de um migrante forçado, no entanto, por razões legais, nem todo migrante será um refugiado.

O Brasil está vinculado à Declaração de Cartagena que estabeleceu importantes critérios para o asilo e proteção internacional de refugiados na América Latina, que inclui pessoas que deixaram seu país em decorrência de desastres ambientais, conflitos internos e que sofreram violação de seus direitos.

Com relação à regulamentação brasileira sobre refugiados, as principais práticas são:

- A proteção internacional dos refugiados, como prática dos Estados;
- Participação da sociedade civil, direito dos requerentes de asilo ao trabalho e assistência administrativa.

O Brasil possui acordos internos com o Mercosul, como a Declaração de 23 de novembro de 2012, que tem os seguintes princípios:

- Os refugiados não serão devolvidos, expulsos ou deportados para um território onde sua integridade física e liberdade estejam em perigo;
- Não adote medidas de retorno forçado;
- Garantir o mesmo direito a todos os estrangeiros residentes no país.

Segundo o ACNUR, o Brasil tem um importante papel de liderança nas Américas na proteção internacional de refugiados, tornando-se um dos principais destinatários de pedidos de asilo.

O Brasil tem uma lei de refugiados e uma lei de imigração:

- A Lei de 22 de julho de 1997 regulamenta a proteção de refugiados no Brasil e, portanto, está vinculada à Declaração de Cartagena. A lei permite o acesso à documentação, o exercício dos direitos econômicos, sociais e culturais, a proteção contra todos os tipos de discriminação e violência, assistência jurídica gratuita, reagrupamento familiar, trabalho formal e todos os serviços

públicos de saúde, assistência social, educação, trabalho e segurança social.

- Lei das Migrações (13445/2017), principal quadro normativo para a questão da imigração no país, servindo de base de orientação para qualquer política ou plano nacional de migração, com o objetivo de substituir o estatuto do estrangeiro. Os princípios e diretrizes da Lei de Migração são a universalidade dos direitos humanos contra todas as formas de discriminação, garantindo tratamento igual para migrantes e familiares, igualdade de acesso a serviços, programas, benefícios sociais, previdência social de acordo com a constituição federal de 1988, inclui em particular proteção a pessoas apátridas, de acordo com a legislação brasileira e os tratados internacionais e direitos humanos.

A capital de São Paulo é geralmente conhecida como uma cidade de migrantes, onde várias etnias estão presentes, mas o que os atrai para essa cidade? Os motivos podem ser os mais variados. Em geral, o sonho de todos é "vencer na vida" desafiando a si mesmo e as estruturas sociais em busca de mais oportunidades de trabalho e qualidade de vida e assim buscar sua autonomia..

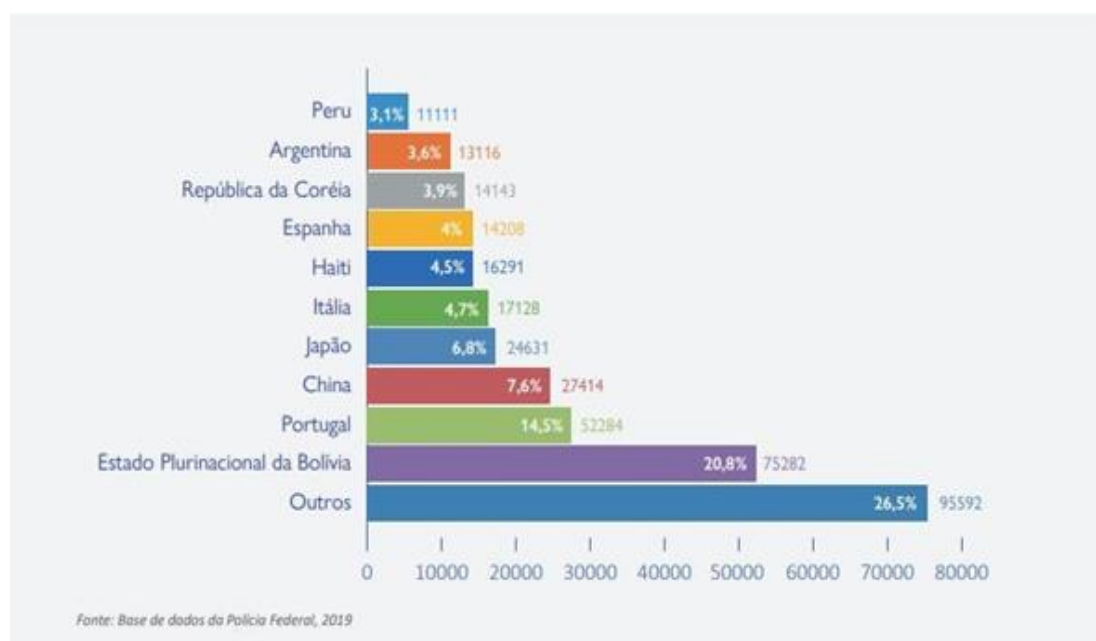
Além disso, na cidade de São Paulo, temos uma participação significativa de organizações da sociedade civil que estão começando a reivindicar e dar visibilidade à população imigrante, assim, em 2002, a Comissão Municipal de Direitos Humanos e Cidadãos²⁶ (CMDHC), passa a acompanhar através de fóruns organizados com as organizações da sociedade civil e imigrantes. .

Neste sentido, o CMDHC passa a responder aos pedidos dos imigrantes, criam-se fóruns de discussão com imigrantes, pelo que, em 2004, há cada vez mais fóruns de discussão, com o intuito de articular, por exemplo, o primeiro tema “imigrantes que visibilidade queremos” organizado pelo governo, organizações da sociedade civil e representantes de imigrantes que começam a discutir políticas públicas.

²⁶ O CMDHC foi criado pela prefeita da cidade de São Paulo Marta Suplicy, com o objetivo de trabalhar as questões de violação de direitos. No ano de 2016 o prefeito Haddad sancionou o projeto lei que institui Política Municipal para População Imigrante.

Na região metropolitana de São Paulo, há muitos avanços em nível local, pois um plano municipal para a população imigrante deve ser aplicado de forma transversal às políticas e aos serviços públicos, por articulação, mas ainda é preciso colocar em prática uma política que atenda efetivamente a todos os imigrantes em nível nacional, garantindo seus direitos.

Gráfico 6- Número de imigrantes registrados em São Paulo por país de origem junho de 2019



Fonte: IOM: International Organization for Migration. 2019 Perfil da Cidade de São Paulo: Indicadores de Governança da Migração Local (MGI). Genebra, 2019.

Assim, os problemas começam a surgir quando esses imigrantes se aproximam da sociedade local, boa parte deles entra no país com visto de turista, então se tornam “irregulares”. Sem a autorização de residência, eles não podem abrir uma conta bancária, alugar uma casa, reivindicar direitos etc. Além da exploração do trabalho e da falta de documentos, esses imigrantes enfrentam o problema da discriminação, por causa de suas raízes, negros, indígenas e sua condição social, que, ao chegarem, é muito vulnerável.

Além disso, outro problema que surge são as altas taxas cobradas pela Polícia Federal. Aliás, devido a essa situação, muitos dos imigrantes preferem permanecer em situação irregular.

De acordo com os dados da PMPI (Política Municipal da População Imigrante de São Paulo), em 2013, há a criação da Coordenação das Políticas de Migração e Trabalho Decente (CPMigTD), com o objetivo de integrar a agenda migratória à gestão pública e desenvolver políticas para a população migrante da cidade de São Paulo, com o escopo de uma política transversal de garantia do acesso aos direitos sociais, pelo Decreto 57.533 de 15 de dezembro de 2016, com a implementação das políticas para imigrantes.

No âmbito do estabelecimento de políticas para imigrantes, em 2014, o SMDHC (municipal) criou o Centro de Referência de Atendimento ao Imigrante (CRAI), um dispositivo que oferece assistência multilingue especializada a imigrantes, bem como acolhimento a famílias de migrantes e refugiados. O governo do estado criou o Centro de Integração e Cidadania (CIC), que presta serviços de assessoria jurídica e regularização migratória.

Portanto, o governo juntamente com a participação da sociedade civil e organizações que trabalham com imigrantes, criaram a 1ª Conferência Nacional de Migrações e Refúgio - 1ª COMIGRAR - uma iniciativa governamental inovadora sobre a questão migratória no Brasil, com mobilização nacional e internacional dos diversos atores interessados no tema e na discussão dos conceitos centrais da política migratória. Seu objetivo é reunir migrantes, refugiados, profissionais envolvidos na temática migratória, estudiosos, servidores públicos, representações diversas que vivenciam a realidade da migração, para uma reflexão e aporte coletivos de insumos para a Política e do Plano Nacional de Migrações e Refúgio. Ela traduz os sentimentos e os anseios da população migrante, das organizações da sociedade e das equipes de órgãos governamentais de construir uma agenda consistente e harmoniosa no conjunto das políticas de Estado brasileiras sobre as temáticas migratórias²⁷.

²⁷ Manual metodológico 1ª COMIGRAR, 2014, p. 4.

1.4.3 Associações que trabalham com migrantes, refugiados e requerentes de asilo:

Missão Paz

Instituição filantrópica que apoia e acolhe imigrantes e refugiados na cidade de São Paulo. Fundada em 1939, a Missão Paz oferece apoio integral a imigrantes e refugiados, documentação, informação jurídica, mediação de trabalho, saúde física e mental, assistência social e acolhimento.

Acolhe os migrantes, imigrantes, requerentes de asilo e refugiados, com respeito pela sua história e identidade, de forma a permitir a integração e o protagonismo em novos contextos sociais;

Cáritas Brasil

Foi fundada em 1956 e é reconhecida como uma organização federal sem fins lucrativos. Atualmente, a Cáritas Brasil tem mais de 15.000 trabalhadores - a maioria voluntários - operando através de 182 organizações membros (Cáritas diocesana e órgãos semelhantes) em todo o país.

Os principais programas concentram-se nas seguintes áreas:

- Mudanças climáticas, gestão de riscos e emergências: a Cáritas atua nas questões relacionadas à prevenção de desastres, socorro e resgate de emergências, além de promover a proteção de direitos, bem como o monitoramento e a advocacia de políticas públicas de proteção e defesa civil.
- Migração e asilo: a Cáritas trabalha com refugiados e migrantes há mais de 40 anos. Essas pessoas, com sua cidadania e laços políticos, devem deixar seu país de origem para buscar refúgio em outro lugar. Essa dinâmica deve ser entendida do ponto de vista jurídico, entre outros;

Compassiva

A Compassiva é uma organização social que atende crianças, adolescentes, mulheres e refugiados em situação de vulnerabilidade na cidade de São Paulo. O nome Compassiva nasceu da vontade dos voluntários de serem agentes da compaixão. Em atividade desde 1998 e localizada no centro de São

Paulo, a Compassive busca aprofundar o relacionamento entre os voluntários e os atendidos, criando a oportunidade de transformar a vida de todos os envolvidos;

CAMI - Centro Pastoral do Imigrante

O CAMI, fundado em 22 de julho de 2005, trabalha pela promoção e proteção dos direitos humanos fundamentais, igualdade de gênero, integração social, prevenção do trabalho escravo e tráfico de pessoas. Visa a inclusão social, econômica, política e cultural dos imigrantes e refugiados, com o objetivo de construir um mundo onde a pessoa humana seja uma prioridade e onde as mulheres não sejam expostas a nenhum tipo de violência de gênero;

ADUS

Fundado em 2010, o Instituto de Reintegração de Refugiados (Adus) é uma organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP), que atende refugiados e outros estrangeiros vítimas de migração forçada, na cidade de São Paulo, a fim de diminuir os obstáculos que enfrentam para a sua efetiva reintegração na sociedade.

O Adus oferece aos refugiados aulas de português, inserção no mercado de trabalho e aconselhamento jurídico. O Instituto também mantém uma escola de idiomas, o Projeto Mente Aberta, em que refugiados ensinam inglês, francês e espanhol;

FICAS

A FICAS é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos, fundada em 1997. Acredita que as associações da sociedade civil têm um papel fundamental e estratégico nas mudanças e transformações sociais. Por isso, investe continuamente no seu fortalecimento, por meio de programas e ações de formação e coordenação;

África do coração

Fundada em 2013, a África do Coração é uma ONG procurada e administrada, principalmente, por imigrantes e refugiados, e tem como objetivo

lutar por uma nova narrativa sobre migração e refúgio. Também conta com voluntários do Brasil e de outras nacionalidades entre seus colaboradores;

PARR

O Programa de Apoio à Relocalização de Refugiados - PARR, foi criado em outubro de 2011, pela EMDOC, empresa de consultoria especializada em imigração, transferências para o exterior e reassentamento, com o apoio do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). Tem como objetivo promover uma integração de refugiados e requerentes de asilo na sociedade brasileira por meio da inclusão laboral.

1.5 Sistema de saúde

Até meados de 1978, a Organização Mundial da Saúde (OMS) entendia a saúde como a mera ausência de doença, com a declaração de Alma Ata, em setembro do mesmo ano, ela passou a reafirmar que saúde é um estado de completo estado físico, mental e social de bem-estar, portanto, direito básico universal, atenção primária à saúde, atenção à saúde, para atingir o objetivo social de todos.

Segundo dados do OBMIGRA 2019, o Brasil registrou 700 mil migrantes, embora esse número seja inferior à média de outros países em desenvolvimento, uma grande parte dos migrantes que vivem no país apresentam dificuldades de acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS), tais como:

- Barreira linguística;
- Baixa capacidade dos funcionários públicos para recepcionar adequadamente essa população;
- Os funcionários públicos não entendem as diferenças culturais e religiosas, bem como os problemas de saúde mental e física que os imigrantes trazem.

Em relação aos serviços de saúde, é importante pensar como são tratados esses imigrantes.

Os imigrantes têm acesso ao SUS, por meio do Programa Estratégia Saúde e Família (ESF), e unidades básicas de saúde (UBS). A ESF é voltada para a atenção básica, com equipe multiprofissional (médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, dentistas e agentes comunitários de saúde). Cada equipe da ESF é responsável por 4.000 pessoas vinculadas à UBS.

Os imigrantes veem o SUS como uma porta de entrada para os serviços públicos e, portanto, de acesso, não só à lei estabelecida, mas o acesso à saúde, já que os imigrantes trazem diferenças culturais e identitárias. Muitos profissionais de saúde não sabem lidar com essas diferenças e os imigrantes não sabem como ter acesso a esses cuidados.

No entanto, é muito importante o comprometimento do poder público e a capacitação dos funcionários. Hoje essa discussão é realizada com associações da sociedade civil, poder público e atendimento aos imigrantes.

Além disso, após a Lei Nacional de Migração (2017) e a Lei Municipal do Imigrante (São Paulo, 2020), há avanços no processo de inclusão desses grupos, por exemplo, a contratação de agentes comunitários de saúde, de grupos de imigrantes, no âmbito do quadro de atenção primária à saúde e também o incremento de políticas públicas específicas para os imigrantes.

1.5.1 A situação dos imigrantes e refugiados durante a pandemia

A pandemia agravou a situação dos imigrantes e refugiados, muitos estão à procura de trabalho, alguns têm a Carteira de Registro Nacional de Migratório²⁸ (CRNM), outros ainda se encontram em situação irregular e outros têm um protocolo provisório. Durante a pandemia, muitos imigrantes e refugiados não puderam receber assistência de emergência. Os serviços para as confecções do CRNM foram suspensos durante a pandemia, contrariando, assim, a Lei de imigração 1.344 de 2017, relativa ao acolhimento humanitário.

Os motivos foram múltiplos:

²⁸ O CRNM é um documento destinado ao estrangeiro que optou por residir no Brasil. Este documento é o documento de identidade obrigatório para todo imigrante residente no Brasil.

- Os imigrantes não possuem laptop ou internet para acessar o aplicativo;
- O serviço público não tem pessoas qualificadas para falar outras línguas para explicar os critérios, então é muito complicado acessar as informações;
- Os aplicativos são em português;
- Imigrantes que estão em situação irregular, ou que não possuem documentação, ou que estavam em processo de regularização na Polícia Federal, e com os serviços fechados para a quarentena, esses imigrantes ficam sem acesso para atendimento emergencial.

Além disso, as associações estão começando a se mobilizar para ajudar os imigrantes a obter acesso a informações, cuidados e medidas para prevenir a Covid-19. Os representantes e voluntários começam a publicar campanha de arrecadação de doações para as empresas. A própria comunidade de imigrantes e refugiados (bolivianos, senegaleses, angolanos, sírios e outros) publicou uma campanha da comunidade de refugiados e imigrantes contra o coronavírus, na qual pessoas de diferentes nacionalidades transmitem informações na sua própria língua sobre como se proteger contra o novo vírus. As associações realizaram trabalhos como cadastro para auxílio emergencial, atendimento remoto para esclarecimento de dúvidas, entrega de cestas básicas e kits de higiene com máscaras, solução hidroalcoólica e equipamentos de limpeza.

Mesmo assim, os imigrantes e refugiados, durante a pandemia, passam por três crises. Segundo o Secretário-Geral das Nações Unidas, no campo socioeconômico, no campo da saúde e da proteção. Facilitar a regularização seria uma forma de todos os imigrantes, que já residem no país, se beneficiarem de assistência, ajudando, assim, as autoridades públicas a descortinarem essa situação.

Contudo, a pandemia Covid-19 se tornou uma crise econômica e humanitária global. São inúmeras as pessoas que sofrem com a falta de recursos e, neste cenário, os imigrantes também sofrem sem regulamentação.

CAPÍTULO II - O TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NO ATENDIMENTO AOS IMIGRANTES

O Serviço Social é uma profissão, uma especialização do trabalho coletivo, no marco da divisão sócio-técnica do trabalho, regulamentada no Brasil, pela Lei 8.662 de 17 de junho de 1993. Assim, é necessário entender o significado social da reprodução das relações sociais, são relações de classe contraditórias, ou seja, é necessário situá-las na história social da sociedade, entender as forças produtivas e das relações de produção. Estamos falando de um modo de vida, do cotidiano, de trabalhar e de se relacionar.

A crise do capitalismo traz novos desafios à profissão, o sistema neoliberal não responde à crise, mas acentua as diferenças de classes. O estado, responsável pela regulação da vida social e do bem-estar social, atende aos princípios do capitalismo trazendo medo e insegurança à classe trabalhadora, com flexibilização produtiva, precarização e vulnerabilidade do trabalho, desemprego e crescimento do trabalho informal, pequena quantidade de trabalhadores fixos e grande quantidade de empregos temporários e as privatizações.

Como o Serviço Social está inserido na relação entre as classes sociais, marcadas por conflitos e diferenças de interesses, a prática do Serviço Social está ligada aos interesses dessas classes. Ao mesmo tempo em que trabalha com as diferentes expressões da questão social, como saúde, habitação, educação, imigração e outros, interferindo em situações que afetam a população, objetivando melhoras, há o caráter contraditório que atende aos interesses do capital.

O Estado diminui suas responsabilidades públicas, traz um agravamento para as ações de políticas sociais e para sua ação. Assim, na década de 90, com a ofensiva neoliberal, há a negação de direitos, privatizações e sucateamento dos serviços públicos.

Para Raichelis (2013, p. 619):

A dinâmica societária desencadeada pela crise contemporânea atinge a totalidade dos processos produtivos e dos serviços, alterando perfis profissionais e espaços de trabalho das diferentes profissões, e também do Serviço Social, que tem na prestação de serviços sociais

seu campo de intervenção privilegiado e nas instituições sociais públicas e privadas seu espaço ocupacional.

A assistência social faz parte de uma política de imigração, por meio da proteção social, em situações de vulnerabilidade, risco e violação de direitos. A atenção ao indivíduo e à família migrante não difere do que é proposto nas políticas públicas. Há também uma restrição estrutural para garantir o abastecimento em quantidade e qualidade proporcionais às demandas da população. Consequentemente, a estruturação de uma política de atenção ao imigrante deve ser pautada por uma estratégia intersetorial.

Segundo Raichelis (2013, p. 620):

Ainda que o Serviço Social tenha seu estatuto de profissão liberal reconhecido, o trabalho do assistente social é tensionado pela relação de compra e venda da sua força de trabalho especializada. A condição de trabalhador assalariado – seja nas instituições públicas ou nos espaços empresariais ou “sem fins lucrativos”, faz com que os profissionais não disponham nem tenham controle sobre as condições e os meios de trabalho postos à sua disposição no espaço institucional.

Assim, com o aumento do fluxo migratório, não se pode contar apenas com organizações da sociedade civil ou ONGS, que trabalham no atendimento aos imigrantes e refugiados, uma vez que não existe um fluxo de atendimento, e com o aumento da chegada de imigrantes e refugiados no Brasil, todos os equipamentos devem estar preparados para o atendimento aos imigrantes.

Vivemos em um novo tempo, onde nos deparamos a cada dia com novas expressões da questão social, que vem crescendo a cada dia, acentuando as desigualdades econômicas e sociais e porque não dizer humanitárias, entre elas o fluxo migratório. [...] o Serviço Social na contemporaneidade requer os olhos abertos para o mundo contemporâneo para decifrá-lo e participar da sua recriação. (IAMAMOTO, 2009, p.19).

Contudo, a falta de uma política pública eficiente para essa demanda traz para o Serviço Social dificuldades no enfrentamento dos conflitos vividos pelos migrantes, que sofrem preconceitos como xenofobia, racismo, barreira linguística, desconhecimento dos serviços existentes e dificuldades na obtenção de documentos.

De acordo com Iamamoto (2009):

[...] Um dos maiores desafios que o assistente social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo (IAMAMOTO, 2009, p.19).

Portanto, o assistente social, nesse momento, dentro de sua prática profissional e seu papel na orientação do sujeito de direitos, deve fazer valer o projeto ético-político da profissão, participar da criação de políticas públicas, instrumentais específicos criados em diversas línguas, qualificar Assistentes Sociais para entender a realidade migratória, programar oficinas para profissionais que desejam trabalhar com a imigração, sendo esses os primeiros desafios.

Esse fenômeno, portanto, produz impactos econômicos, políticos, culturais e implica no atendimento de demandas sociais - inserção social, trabalho, expectativas de melhores condições de vida. E, para isso, são necessárias políticas sociais, programas especializados, equipamentos urbanos. Tais demandas são implicações para o Serviço Social, considerando tal fenômeno, uma expressão da questão social, presença e manifestações de grupos étnicos de trabalhadores, estrangeiros na sociedade brasileira. Nesse cenário, começam os desafios dos países que recebem esses imigrantes refugiados.

Os imigrantes enfrentam vários obstáculos no processo de integração, tais como xenofobia, racismo, barreira linguística, desconhecimento dos serviços existentes e dificuldades na obtenção de documentos.

Além disso, políticas públicas eficazes são necessárias para enfrentar as desigualdades e promover mudanças. Porém, para que essa transformação ocorra, é importante que o Estado, por meio de suas ações governamentais, dialogue com as demandas da população, buscando, assim, por meio de espaços de participação social, espaços de diálogo e transparência, conhecer as demandas da população.

Dessa forma, podemos dizer que é de extrema importância entender como eles interagem com outros espaços da cidade e demais equipamentos do Estado e do Município.

Porém, a chegada de imigrantes forçados é vista como um problema internacional e social. E é nesse cenário que os assistentes sociais passam a ajudar os imigrantes a garantir os seus direitos, num panorama em que o profissional trabalha numa organização não governamental e há falta de políticas públicas para os imigrantes.

Além disso, a política de assistência social faz parte de uma estratégia mais ampla de assistência. Nos últimos anos, no início de 2014, “os fluxos expressivos de haitianos e venezuelanos acabaram se caracterizando como situações de emergência” diante de uma demanda de recepção temporária de proporções muito superiores às capacidades de atendimento local, em um curto espaço de tempo, para a estruturação de uma rede de acolhimento até então inexistente”²⁹ (MDS, 2016). No entanto, torna-se necessário que as políticas sociais passem por planos de emergência e regiões fronteiriças: a migração é um processo dinâmico, os fluxos no território nacional podem ocorrer de forma espontânea ou orientada.

2.1 Proteção Social Básica/Especial e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

De acordo com a definição expressa na Lei n. 12.435/2011³⁰:

O Centro de Referência e Assistência Social (CREAS) é a unidade pública estatal de abrangência municipal ou regional que tem como papel constituir-se em locus de referência, nos territórios, da oferta de trabalho social especializado no SUAS, a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos. Seu papel no SUAS define, igualmente, seu papel na rede de atendimento.

Dentre outras normativas que fundamentam a oferta de serviços especializados pelo CREAS, pode-se citar: Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, 1993; Lei n. 12.435/2011; Política Nacional de Assistência Social – PNAS, 2004; Norma Operacional Básica – NOB/SUAS, 2012; Norma Operacional

²⁹ O papel da política de assistência social na assistência aos migrantes. Foi produzido com base em estudos e na experiência acumulada pela Secretaria Nacional de Assistência Social no acompanhamento do tema.

³⁰ Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social.

Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS, 2006; Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferência de Renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), 2009; Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, 2009; Portaria n. 843, de 28 de dezembro de 2010.

A assistência social rege-se pelo princípio da igualdade, previsto no artigo 194, inciso I da CRFB/88³¹, no princípio da “igualdade” de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, presente no artigo 4º da Lei 8.742/93.

Assim, proclama nossa carta constitucional que o Brasil tem como fundamentos a cidadania e a dignidade da pessoa humana (artigo 1º) e que suas relações internacionais serão regidas dentre outros princípios, pela prevalência dos direitos humanos (artigo 4º inciso II) e pela concessão de asilo político (artigo 4º inciso X), o artigo 5º determina que os brasileiros e os estrangeiros, residentes no Brasil, terão tratamento igualitário, e a inviolabilidade do direito à vida, liberdade à igualdade, à segurança e à propriedade.

De acordo com a política de assistência social, os imigrantes e refugiados também são sujeitos de direitos socioassistenciais.

- Assim, independentemente de sua situação ou regularidade migratória, passam a serem atendidos pela proteção social básica (PSB) no Sistema Único de Assistência Social, tendo como objetivo prevenir situações de risco, fazendo parte do PSB os seguintes benefícios:
- Programa Bolsa Família (PBF): programa de transferência de renda, cadastramento de estrangeiros no CadÚnico, apresentando os seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento, RG, CPF ou Carteira de trabalho e se enquadrar no critério de renda;
- Benefício de Prestação Continuada (BPC): previsto na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), concessão de um salário-mínimo a pessoas idosas a partir de 65 anos e pessoas que possuam deficiência incapacitante para o trabalho e outras atividades cuja renda por pessoa do grupo familiar seja menor que 1/4 do salário-mínimo vigente.

³¹ A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Segundo Perotti³², até abril de 2017, havia várias divergências de atendimento quanto ao direito dos imigrantes. O INSS entendia que o pagamento do BPC estaria restrito a brasileiros natos ou naturalizados. Assim, no dia 24/04/2017, ao julgar o recurso extraordinário, definiu-se a tese de que os estrangeiros residentes no país são beneficiários de assistência social prevista no artigo 203, inciso V, da Constituição Federal, uma vez que estavam atendidos os requisitos constitucionais e legais, havendo unanimidade entre os oito ministros presentes na sessão. “Essa aparente tranquilidade na votação do tema carrega a trajetória de uma luta árdua pela garantia do BPC em favor dos imigrantes residentes no país”. (ZORTEA, 2017, p. 87-100).

Os desafios que foram aparecendo na cidade de São Paulo, e impactam principalmente nas demandas sociais para os imigrantes refugiados, aparecem como primeira necessidade, além da documentação, a moradia. Portanto, a criação do CRAI é um grande passo para atender a essa demanda, mas trazendo um novo desafio, pois nossos albergues e abrigos não estão preparados para receber esse segmento e suas demandas, posto que esses imigrantes refugiados, que se encontram em alta vulnerabilidade social, permanecem com seus vínculos familiares em seus países de origem.

A maioria dos imigrantes refugiados que chega ao Brasil tem um grau de escolaridade alto e com um histórico de vida, no qual, as pessoas eram bem-sucedidas até terem que saírem do seu país de origem, forçadamente.

As diferenças culturais se sobressaem no dia a dia de trabalho, nos espaços de convivência e necessitam ser trabalhadas, como as orientações jurídicas e sociais para que esses imigrantes possam usufruir de seus direitos básicos sociais e humanos e que sejam respeitados.

Portanto, o atendimento aos imigrantes é realizado junto ao CRAI e também organizações da sociedade civil. O atendimento ao imigrante necessita de um técnico que entenda sobre imigração, direitos humanos e sociais, que tenha sensibilidade e conhecimentos básicos sobre culturas diversas, pois esse atendimento vai exigir muito mais do que um técnico operacional. Exigirá um profissional bilíngue e que faça um atendimento sistemático e monitorado para

³² Papéis e especificidades e desafios da política assistencial no contexto da política imigratória [Apresentação do PowerPoint \(mpu.mp.br\)](http://mpu.mp.br)

saber se os lugares indicados estão conseguindo inserir esse imigrante na sociedade brasileira. Assim, aulas de português, por exemplo, são de extrema importância para sua inserção na nova sociedade, no caso a brasileira.

Segundo a resolução nº 145/04 – PNAS³³, são considerados serviços de média complexidade os que oferecem atendimento a famílias, seus membros e indivíduos, com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários ainda não foram rompidos.

Os imigrantes, antes de entrar no Centro de Acolhida, devem passar pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, onde é realizada a primeira triagem com um profissional.

A atuação profissional exige um perfil crítico com competência técnica e ético- política para respostas aos enfrentamentos das desigualdades sociais e dos interesses de classes; que caminhe na direção do projeto ético-político da profissão e com o compromisso hegemônico profissional do serviço social e de sua execução, preenchendo os espaços de discussão, estando presente na tomada de decisão referente à profissão e sua prática profissional.

Enfim, além da atuação na luta pela garantia de direitos dos imigrantes, o assistente social também sofre as transformações contemporâneas, impactando em sua intervenção no campo das políticas sociais, ou seja, o processo de reestruturação produtiva do capital influencia na forma de contratação do profissional.

É possível observar que assistentes sociais experimentam, assim como os demais trabalhadores assalariados, precarização do trabalho não protegido, a insegurança laboral, a baixa e incerta remuneração, a desproteção social e trabalhista, o assédio moral, o sofrimento e o adoecimento decorrente do trabalho, ou seja, a precarização do trabalho e da vida. (RAICHELIS, 2018, p. 52)

A crise do capitalismo traz novos desafios à profissão, o sistema neoliberal, posto para responder na perspectiva da acumulação, acentua as diferenças de classes. O Estado, responsável pela regulação da vida social e do bem-estar social, atende aos princípios do capitalismo, trazendo medo e insegurança à classe trabalhadora, com a flexibilização e a precarização do

³³ resolução CNAS Política Nacional de Assistência Social [PNAS2004.pdf \(mds.gov.br\)](https://mds.gov.br/pt-br/publicacoes/assistencia-social/2004/04/resolucao-cnas-pnas-2004-04)

trabalho, além do aumento do desemprego e o crescimento do trabalho informal, pequena quantidade de trabalhadores fixos e grande quantidade de empregos temporários e as privatizações.

CAPÍTULO III - DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

O presente estudo terá como referencial teórico o materialismo histórico-dialético, criado por Karl Marx, uma vez que possibilita, através do enfoque teórico e metodológico, buscar compreender a realidade de mundo, a partir das grandes transformações da história e das sociedades humanas. Está pautado no modo de produção capitalista, portanto, o objeto de análise à luz da teoria marxista requer um olhar atento para a contradição presente nos objetos a serem investigados, pois há sempre uma totalidade em volta da problemática pesquisada, para se fazer uma análise das transformações societárias ocorridas na atualidade.

A utilização do referencial histórico dialético irá contribuir para o objeto da pesquisa, uma vez que permite maior aproximação com relação às transformações societárias, contribuindo, assim, para o debate e a produção de conhecimento dos assistentes sociais que atuam no atendimento aos imigrantes e refugiados em diferentes espaços sócio-ocupacionais.

Para alcançar os resultados e objetivos do estudo, vamos focar na pesquisa qualitativa e da história oral, pela preocupação em compreender e explicar a dinâmica das relações sociais, que possibilitam maior aproximação e riqueza de informações, uma vez que para a produção e dimensão do coletivo, a pesquisa qualitativa permite buscar informações do sujeito e suas histórias, e maior envolvimento do entrevistado com o entrevistador.

Segundo Martinelli (1999):

Na verdade, essa pesquisa tem por objetivo evidenciar o que os participantes pensam a respeito do que está sendo pesquisado, não é só a minha visão de pesquisador em relação ao problema, mas é também o que o sujeito tem a me dizer a respeito. Parte-se de uma perspectiva muito valiosa, porque à medida que se quer localizar a percepção dos sujeitos, torna-se indispensável – e este é um outro elemento importante – o contato direto com o sujeito da pesquisa. Trata-se, portanto, de uma outra ambiência, onde vamos privilegiar instrumentos que superam o questionário, o formulário e que vão incidir mais na narrativa oral, na oralidade. Se, queremos conhecer modos de vida, temos que conhecer as pessoas [...] buscamos entender os fatos, a partir da interpretação que fazem dos mesmos em sua vivência cotidiana. (MARTINELLI, 1999, p. 23-24)

E, Segundo Minayo (2013):

No caso da pesquisa qualitativa, ao contrário do que muitos podem pensar, é fundamental o envolvimento do entrevistado com o entrevistador. Em lugar dessa atitude se constituir numa falha ou num risco comprometedor da objetividade, ela é condição de aprofundamento da investigação e da própria objetividade. (MINAYO, 2013, p. 67-68).

Este estudo tem como objetivo as particularidades e o desenvolvimento do trabalho do assistente social no atendimento aos imigrantes em diferentes espaços sócio-ocupacionais na cidade de São Paulo, visando compreender seus principais desafios no contexto da política pública municipal para a população imigrante.

Objetivou-se com a pesquisa:

- Pesquisar as políticas migratórias da França e Brasil, buscando uma aproximação entre elas e entender os acordos bilaterais e internacionais e como influenciaram as políticas desses países, além da luta contra a exclusão social dos imigrantes;
- Identificar os obstáculos e desafios enfrentados pelos assistentes sociais, no atendimento aos imigrantes, pensando no compromisso ético-político, na garantia de direitos e na necessidade de políticas sociais que contribuam para a inserção dos imigrantes;
- Pesquisar sobre o trabalho dos assistentes sociais que atuam no atendimento a imigrantes e refugiados no atual cenário com a pandemia-Covid-19, desafios e dificuldades vivenciadas pelo profissional de serviço social;
- Contribuir para o debate e a produção de conhecimento dos assistentes sociais que atuam no atendimento aos imigrantes e refugiados em diferentes espaços sócio-ocupacionais, na cidade de São Paulo, que possui diferentes fluxos migratórios.

Portanto, o uso da pesquisa qualitativa e da história oral possibilitaram ao pesquisador uma maior aproximação com o entrevistado, para dar voz aos participantes da pesquisa, possibilitando o enriquecimento do debate, além de compreender a realidade vivida no cotidiano entre pesquisador e entrevistado.

[...] Somente a igualdade faz a entrevista aceitável, mas somente a diferença a faz relevante. O campo de trabalho é significativo como o encontro de dois sujeitos que se reconhecem entre si como sujeitos, e conseqüentemente isolados, e tentam construir sua igualdade sobre suas diferenças de maneira a trabalharem juntos. (PORTELLI, 1997, p. 23)

3.1 Participantes da Pesquisa

Os participantes da pesquisa foram (03) profissionais trabalhadoras assistentes sociais; (01) que atua em um equipamento público e; (02) que atuam em Organizações da sociedade civil, que trabalham no atendimento aos imigrantes na cidade de São Paulo, para que, desse modo, fosse possível o diálogo com as assistentes sociais que trabalham nesses espaços, e poder refletir também sobre o cotidiano profissional como um espaço de resistência, desafios vivenciados pelo assistente social no atendimento aos imigrantes. “Quando o encontro tem lugar à luz da igualdade, não somente o observador mas também o “observado” podem ser estimulados a pensarem diferentemente sobre si mesmos [...]” (PORTELLI, 1997, p. 23).

As entrevistas foram previamente agendadas, e realizadas via contatos telefônicos, por Whatsapp e por e-mail. Devido à pandemia do Covid-19, 02 entrevistas foram realizadas pela plataforma Teams, havendo acordo entre pesquisador e entrevistado; somente uma entrevista foi realizada presencialmente, devido à exposição e horas de espera, não foi positivo, por parte da pesquisadora, sendo que havia sido marcada com antecedência. A pesquisadora explicou sobre a pesquisa e apresentou o TCLE para todas as entrevistadas.

A pesquisadora contou com um roteiro de questões abertas sobre o trabalho dos assistentes sociais no atendimento aos imigrantes, políticas públicas, lei de imigração e assistência social. As entrevistas começaram com a apresentação da pesquisadora e após isso iniciou-se o diálogo e proximidades sobre a profissão, atuação, trabalho e cotidiano profissional. O diálogo foi muito rico, principalmente a troca de experiências vividas do cotidiano profissional, que contribuiu para construção da dissertação.

Para a análise das entrevistas destacamos os seguintes eixos:

- a) Atuação do profissional de Serviço Social no atendimento aos imigrantes, assistência social e principais desafios;
- b) Relação entre políticas públicas e migratórias.
- c) acesso ao auxílio emergencial durante a pandemia do Covid-19, desafios e obstáculos.

3.2 A experiência profissional do Assistente Social diante da demanda migratória (Análise das entrevistas)

a) Atuação do profissional de Serviço Social no atendimento aos imigrantes, assistência social e principais desafios

O assistente social trabalha com as diferentes expressões da questão social, são relações de classe, contraditórias, ou seja, é necessário situá-las na história social da sociedade, entender as forças produtivas e das relações de produção. Estamos falando do modo de vida, do cotidiano de trabalhar e de se relacionar, além da execução, o assistente social tem implantado políticas sociais e políticas públicas.

Contudo, como vimos no capítulo 2, o fluxo migratório hoje não pode contar apenas com associações da sociedade civil ou equipamentos voltados apenas para atendimento dos imigrantes. O fluxo migratório, a chegada dos imigrantes, hoje, pode ser ordenado ou não, como não existe um fluxo de atendimento, todos os equipamentos devem estar preparados para atender à demanda, uma vez que já contamos com políticas e avanços nas leis de imigração como vimos anteriormente.

Assim, a demanda trazida pelos imigrantes ainda carrega para o profissional de Serviço Social muitos desafios e obstáculos pela falta de políticas eficazes, como podemos observar pelo relato dos profissionais, abaixo, com relação ao atendimento dessa demanda:

- Entrevistada A é assistente social, sexo feminino, trabalha há 14 anos no atendimento aos imigrantes foi pesquisadora da Casa das Áfricas, no ano 2000; no ano de 2007 ingressou na Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), na qual, atualmente é supervisora de atendimento:

Trabalhei na Comissão Municipal de Direitos Humanos (CMDH), ano de 2007, era uma instância Municipal, vinculada ao gabinete do Prefeito, foi muito importante pois a CMDH foi criada em 2002 pelos atuais prefeitos da época, trabalhava as questões de violação de direitos muito dentro do que a mídia trazia das polêmicas midiáticas como FEBEM violência e questão do desarmamento, quando entrei em 2007 tinha uma questão imigratória muito grande, a CMDH funcionava no pátio do colégio tinham várias instâncias como tribunal, Secretaria de justiça e Fóruns que trabalhavam diversas questões, a questão da imigração acabou sendo atendida pela CMDH, tinha uma equipe formada por assistentes sociais, advogados, psicólogos e atendentes... eu já fazia parte de Fóruns de discussão como o "imigrantes que visibilidade queremos" organizados pela Defensoria Pública, organizações da sociedade civil entre elas Missão Paz e CMDH e imigrantes, espaço para discussão de formatação de políticas públicas para imigrantes.

Mesmo com as políticas a gente encontra situações que não tem nenhuma caixinha pronta para situação e precisamos encontrar saídas, mesmo depois com as políticas tive que ir na Missão Paz ou CRAI para buscar uma saída para algumas demandas (Entrevistada A, setembro de 2020).

- Entrevistada B é assistente social, sexo feminino, imigrante portuguesa, trabalha para uma organização da sociedade civil desde 2007, trabalha no atendimento aos refugiados há 14 anos faz parte da Coordenação do Programa de Assistência a refugiados:

Comecei a trabalhar como assistente social para uma Organização da Sociedade Civil que trabalha somente com refugiados, participei de um processo seletivo, no qual, não exigia experiência, mas precisavam de uma profissional bilíngue, eu tinha na minha formação o Francês e o Inglês que eram essenciais para o atendimento, acabei sendo admitida pela instituição trabalho na área de assistência social, tem várias frentes de atuação, principalmente escuta individual, escuta em grupos rodas de conversas principalmente com as mulheres, atendimentos presenciais, monitoramento dos casos de menores desacompanhados, crianças e adolescentes que chegam desacompanhados temos uma parceria com a vara da infância e juventude da penha que se reúne algumas vezes no ano para discutirem os casos juntos com técnicos da vara defensoria pública, assistentes sociais, para encaminhamentos que podem ser a demanda apresentada.

Se a criança está estudando, está com algum tipo de problema de relacionamento no abrigo, dificuldade documental na obtenção ou de trabalho do Jovem Aprendiz são discutidos nesses grupos” (Entrevistada B, janeiro de 2021).

meu trabalho como assistente social, realizamos grupos de trabalhos, nos quais convidamos Jovens, adultos ou crianças onde se abordam diversos temas, de interesse deles, deixamos eles falarem, como por exemplo quais são as principais dificuldades com relação a saúde que o imigrante enfrenta, depois elaboramos relatórios e diagnósticos que pode vir a gerar algum tipo de solução ou política pública, como por exemplo uma grande reclamação dos refugiados é que no documento constava a palavra refugiado, e que causava desconforto pois muita gente acha que refugiado significa foragido de alguma coisa ou crime ilícito, conseguimos através do diagnóstico que fosse retirado o termo refugiado para residente” (Entrevistada B, janeiro de 2021) .

Com relação ao Abrigo a instituição encaminha para o CREAS Bela Vista, ele estava localizado na nove de julho, depois foi para 13 de maio, muitas vezes não se sabe onde está funcionando, normalmente quando consegue vaga é para o abrigo público, outro tipo de público, o imigrante refugiado encaminha para o CRAI para articular vaga com CREAS, como sociedade civil não podemos articular diretamente, por exemplo: estamos na bela vista o refugiado está na zona leste, temos que solicitar para o CREAS de referência no Centro, muitas vezes o imigrante tem que se deslocar... Hoje em dia tem que fazer tudo via CREAS de referência no caso bela Vista , muitas vezes você liga no CREAS bela vista e o atendimento é na Vila Mariana temos que entrar em contato com CREAS Vila Mariana e o atendimento acaba não sendo realizado [...] no caso dos venezuelanos vão para abrigos próprios que fazem parte do acordo ACNUR e OIM [...]” (Entrevistada B, janeiro de 2021).

- Entrevistada C: assistente social, sexo feminino, trabalha para um centro de acolhida ligado à Igreja Católica no atendimento a imigrantes e refugiados há 10 anos:

Comecei a trabalhar com imigrantes através do convite de outra assistente social que trabalha neste centro de acolhida ligado a igreja católica, no centro da cidade, éramos 05 assistentes sociais, fui ficando e já se passaram 10 anos. A instituição começou atendendo migrantes Brasileiros de diversas partes do país, mas depois começaram a chegar muitos imigrantes, que já não tinha mais porque só atender brasileiros que já tinham documentação e casa de parentes para ficar, então a vulnerabilidade de quem está chegando é muito maior, então é uma instituição particular da Igreja católica, temos parceria pasta de habitação e desenvolvimento humano, equipe jurídica mas nenhum vínculo com esfera do Governo.

trabalho também com o eixo comunidade e família, então por exemplo você tem uma família documentada, os pais pagam seus impostos, a criança começa a frequentar a escola pública, aí você tem um professor

que é xenófobo, então a própria comunidade de imigrantes entra em contato com a instituição, através do plantão ou por telefone e diz que tem professores xenófobos na escola, então a instituição entra em contato com a escola, se apresenta diz que gostaria de fazer uma apresentação da instituição e conversar, na maioria dos casos funciona 100% dos casos da minha parte, por outro lado tem casos em que a escola liga, e diz olha tenho excelentes professores que trabalham há anos, mas não conseguem lidar com as diferenças culturais trazidas pelas crianças como por exemplo: a criança quer comer sentada no chão com o prato e comer com a mão, aí levanta outra criança e outra e vira aquela festa, todos comendo com a mão sentados no chão, então nosso trabalho é realizar apresentações e conversar com professores e familiares e minha outra colega de trabalho com funcionários e crianças dependendo da idade. (Entrevistada C, janeiro de 2021).

b) Relação entre políticas públicas e migratórias

No primeiro capítulo, analisamos a evolução da política de Migração no Brasil. Nesse sentido, podemos observar que há avanços nas políticas públicas como a criação de equipamentos públicos para o atendimento dos imigrantes e refugiados, além das políticas migratórias e que essas políticas dependem de tratados e acordos internacionais.

Portanto, se analisarmos a situação com relação às leis migratórias, o imigrante é colocado como sujeito de direitos, direitos humanos, econômicos, sociais e culturais, e a proteção contra todos os tipos de violência. Na teoria, parece tudo resolvido, mas, na realidade, não funciona assim, pois a demora para acessar a documentação, e ser inserido no mercado de trabalho, as altas taxas cobradas, fazem com que muitos permaneçam na ilegalidade e acabem em trabalho escravo. No Brasil, ainda não temos um levantamento exato de imigrantes irregulares. Como podemos analisar nos relatos abaixo realizados pelas assistentes sociais:

Entrevistada B (janeiro de 2021):

[...] na Organização atendemos mais refugiados, pessoas com perfil de refúgio que passam pela avaliação do CONARE, o primeiro passo para serem acolhidos na instituição tem que passar na entrevista de elegibilidade realizada pela equipe de advogados essa equipe vai conversar com a pessoa e saber qual a história dela, por qual motivo deixou seu país de origem, se foi perseguido motivos políticos, religiosos ou por orientação sexual, se o motivo se enquadra na cláusula do refúgio, aí o advogado dá um parecer positivo ou negativo, se essa pessoa tem um parecer positivo passa a receber o status de refúgio e passa a ser acolhida pela instituição, se tiver um parecer negativo é um imigrante econômico, veio por motivo particular ou melhores condições de vida, essa pessoa é encaminhada para outra

organização que fazem esse trabalho, a pessoa é dispensada nesse momento e encaminhado para outras Organizações que atendem a demanda. Os casos avaliados pela Organização como positivos, posteriormente vão para o CONARE para serem avaliados em reuniões periódicas para ser votado, a organização tem poder de voto e o Conare vai dar o parecer final" (Entrevistada B, janeiro de 2021).

Para a entrevistada C, com relação a políticas migratórias: "[...] Legalmente a lei diz que a atribuição de acolher é municipal, eles não tem lugares suficientes, eles não tem o pessoal preparado, o mais importante é você entender que ninguém levanta num dia ensolarado em um país lindo com economia estável, olha pela janela e fala: quer saber vou morar no Brasil, as pessoas veem para salvar a própria vida, a própria lei 9474 ela tem 05 critérios para serem aceitos como solicitantes de refúgio, o CONARE leva 01 ano para avaliar cada caso, pois a avaliação é individualmente, então você tem que estar em iminente risco de vida, aí foram chegando outros acordos como o Mercosul é tudo tão lindo e maravilhoso no papel, mas no dia a dia não é assim que funciona [...]" (Entrevistada C, janeiro de 2021)

[...] A lei de imigração tem pontos positivos pois permite que os imigrantes participem de atividades políticas hoje o estrangeiro pode manifestar seus direitos de forma ampliada, tem acesso aos benefícios socioassistenciais tem acesso à educação, saúde, trabalho, moradia direito de migrar dentro do próprio país, a lei prevê repúdio a xenofobia, racismo e discriminação e garantia de direitos iguais aos brasileiros. (Entrevistada B, janeiro de 2021)

No ano de 2009 e 2011, se estabeleceu a Lei da Anistia aos imigrantes indocumentados foi um período muito intenso para regularizar a maioria dos imigrantes e ir atrás da demanda, foi preciso parceria com a DPU, organizações da sociedade civil, a lei da Anistia veio com várias situações que dificultavam e atrapalhavam o imigrante, precisava de vínculo empregatício e a maioria vivia na ilegalidade, portanto a lei fala uma coisa, mas na realidade é outra, tínhamos que ficar trabalhando migalhas para poder somar e dar possibilidade de inserção para as pessoas. (Entrevistada A, setembro 2020)

Os imigrantes negros, tem muito mais dificuldade de inserção em função da nossa própria história social brasileira, essa questão racial nossa que não foi resolvida que é pouco discutida, senão conseguimos avançar na dos Afro brasileiros quanto mais dos imigrantes negros, avançar na nossa discussão racial brasileira, também chegaria a essa xenofobia ao imigrante negro brasileiro e discutir dentro do próprio movimento negro brasileiro, o reconhecimento dessa pauta só terá avanço, a partir do momento que unirmos, ainda está distante, hoje teve alguns avanços e proximidade. (Entrevistada A, setembro de 2020).

Neste aspecto, as entrevistas realizadas revelaram que hoje houve um avanço nas políticas migratórias e públicas para os imigrantes, porém, ainda são muito recentes e, ao mesmo tempo, ainda não atendem, de forma igualitária, ou seja, ainda estamos longe de um acolhimento digno e igualitário.

C) Acesso ao auxílio emergencial durante a pandemia da Covid-19, desafios e obstáculos

O Programa Auxílio Emergencial (Atendimento de Emergência) foi criado durante a crise da Covid-19. Esse programa é dirigido a beneficiários de programas de assistência social, mas também a trabalhadores informais com renda familiar máxima de 03 (três) salários-mínimos. O auxílio emergencial proporcionou, nos primeiros meses, um repasse de 600 reais por pessoa elegível. Como vimos recentemente, nos capítulos anteriores, muitos imigrantes não receberam o auxílio emergencial, contrariando, assim, a nova Lei de imigração n. 1.344 de 2017, relativa ao acolhimento humanitário previsto em lei.

A igreja e as organizações da sociedade civil tiveram um papel importante no atendimento e acolhimento dos imigrantes e refugiados durante a pandemia, assim como a acolhida em regiões fronteiriças, albergues, como também acompanhamento psicológico, jurídico e assistencial, trabalhando na promoção de direitos e combate à exclusão social frente à omissão do Estado na falta de políticas públicas eficazes, que previnam os riscos para acolher os imigrantes de forma digna. Um país só pode acolher bem se possuir políticas públicas que funcionem no âmbito da habitação, saúde, trabalho e educação.

Entrevistada B (janeiro de 2021):

O atendimento está 100% remoto, neste primeiro semestre será realizado de forma remota, sem vacina é complicado o atendimento presencial no espaço de trabalho não há ventilação no escritório só tem o ar condicionado, é difícil atender o público em espaços fechados, estamos desde março de forma remota pelo whatsapp, nossa demanda foi muito alta, por conta da situação de vulnerabilidade que as pessoas ficaram nós temos um público variado nós atendemos a maior parte dos venezuelanos 80% e Sírios, Palestinos, Angolanos e Congolezes, hoje o atendimento social está mais focado no auxílio financeiro, hoje nós recebemos uma verba do ACNUR para esta finalidade, então quando a pessoa solicita ajuda financeira ela passa pela avaliação social, hoje realizada por whatsapp para saber sua situação e após essa avaliação é incluída nessa ajuda financeira o Cash Based Interventions (CBI) é um auxílio não é um valor muito alto de acordo com o núcleo familiar, durante a pandemia muitas famílias ficaram sem meios de pagar suas contas básicas, aluguel e comida a ajuda é por 03 meses de acordo com o grupo familiar varia de R\$ 600 a R\$1.200 em situações mais graves pode ser estender por 06 meses, essa foi uma parte do nosso atendimento.

Para atender a demanda do auxílio emergencial tivemos a ajuda de outros setores da Instituição, voluntários para verificar erros cadastrais, fazer o cadastros e tirar dúvidas, com relação ao valor, parcelas,

acessar o site da caixa, verificar erro de CPF, auxiliá-los da melhor forma, pois um dos desafios é o sistema da caixa que só tinha versão em português, então as pessoas tinham dificuldade para entender. A documentação também foi um problema o protocolo de residência dos venezuelanos, não tem foto, não conseguiam receber, durante a pandemia muitos documentos vencidos, a Polícia Federal fez uma normativa que todos os documentos vencidos durante a pandemia eram válidos, mas enfim quando se chegava nos bancos não eram aceitos, os agendamentos na Polícia federal ficou fechada por muito tempo durante a pandemia e quando voltou os atendimentos tinham que ser online e ficou congestionado e as pessoas que tiveram benefício negado, mesmo tendo perfil, dificuldade de entender a negativa, foram muitos desafios enfrentados, mas o auxílio emergencial não só para os estrangeiros como para os Brasileiros, são muitos os desafios e dificuldades mas conseguimos atender muitas pessoas, no atendimento remoto não há filtro, mas já conseguimos zerar todas as demandas [...].

Com relação ao auxílio emergencial teve muita gente que conseguiu, mas teve muita gente com dificuldade para acessar, então como a assistência estava muito sobrecarregada com todo o trabalho e demanda chegamos a responder por dia mais de 80 mensagens, 260,300 mensagens no celular e não dávamos conta de responder só estávamos em 02 assistentes sociais eu que trabalho 30 horas e minha colega que trabalha 16 horas, era muito difícil dar conta, não era só ajuda financeira, mas demanda de saúde, pessoas precisando de apoio para medicamento que ACNUR também fornece, ajuda com transporte, consulta médica, renovação de documento e auxílio moradia, muitas demandas de cadastro no CRAS para o Programa Bolsa família, encaminhamentos para abrigos, eram agendados atendimentos uma vez por semana durante a pandemia revezamento para entrega de cestas básicas (doações da Cruz Vermelha) e para pessoas receberem o CBI. (Entrevistada B, janeiro de 2021).

Contudo, através das narrativas trazidas pelos assistentes sociais, podemos observar que houve melhoras através das políticas públicas e leis de migração, mas, ao mesmo tempo, essas políticas restringem os direitos dos imigrantes, ou seja, funcionam, mas apenas no “papel”, na prática acabam se tornando obstáculos, através de equipamentos e aplicativos que não incluem outro idioma, ou por não estarem preparadas para atender à demanda dos imigrantes. Durante a pandemia, muitos imigrantes tiveram acesso a políticas públicas, contudo, muitos ficaram à deriva, sem receber nada, dependendo da ajuda e solidariedade de organizações da sociedade civil e comunidades de imigrantes.

Portanto, outro problema enfrentado pelos imigrantes, no Brasil, e acreditamos que mundialmente, é que para se ter acesso a sua autonomia, como por exemplo, a locação de um imóvel, há um largo caminho a ser percorrido,

como a burocracia, depósitos e valores altos, que perpassam o salário-mínimo, fazendo com que, muitas vezes, os imigrantes procurem moradias irregulares, insalubres ou acabem retornando às ruas. Assim, quando uma minoria desses imigrantes consegue sua autonomia, pagando aluguel de uma moradia decente, tendo estabilidade, levam mais de 05 anos para que isso ocorra, muitos deles permanecem aqui e outros acabam imigrando para outros países ou retornando a seus países de origem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da pesquisa, buscou-se refletir sobre o trabalho dos assistentes sociais, as políticas migratórias na França e no Brasil e o combate às exclusões, procurando, assim, aproximações na política de migração internacional.

Como ponto de partida, buscamos trabalhar a questão da mobilidade das pessoas, entendida como social, histórica e com particularidades na sociedade capitalista globalizada contemporânea.

Na mesma linha de pensamento de Eric Hobsbawm em "Globalização, Democracia e Terrorismo", destacam-se cinco temas contemporâneos que requerem um pensamento claro e informado: "[...] a questão geral da guerra e da paz no século XXI, o passado e o futuro dos impérios mundiais, a natureza e o contexto mutantes do nacionalismo, o futuro da democracia liberal e a questão da violência política e do terror" (HOBSBAWM, 2007, p. 10).

A imigração, no século XXI, é, portanto, um fenômeno resultante desse processo de capital, agravando a questão social e suas expressões: problemas sociais, políticos, culturais e religiosos. Acima de tudo, acentuando o xenofobismo, o racismo dos anos 2000.

Recorde-se, que as crises econômicas na América Latina surgiram em 1980 e 1990, com o aumento da expressão da questão social, no contexto da reestruturação do capital, neoliberalismo voltado para a reconstituição do mercado, reduzindo a intervenção social do Estado, por transferência de responsabilidade para a sociedade civil (terceiro setor), relações de trabalho mais flexíveis, aumento do desemprego, baixos salários, retirando, assim, a sua responsabilidade de intervenção na questão social. Esse cenário tem contribuído para o deslocamento da população para a América do Norte e Europa.

Apesar das diferentes políticas migratórias e públicas entre França e Brasil, há alguns aspectos que temos que considerar, apesar de uma imigração antiga em ambos os países, as políticas migratórias são recentes. Além disso, no Brasil, não temos políticas migratórias avançadas como na França, mas temos acordos bilaterais, tratados como Genebra, Cartagena e leis de imigração, acordos com o Mercosul. Tanto a França como o Brasil possuem acordos

bilaterais para acolhimento de refugiados e apátridas como por exemplo o ACNUR.

A França adotou o pacto europeu de imigração e asilo. Em 2015, esse país começou a colocar em vigor uma lei em março de 2016, que visa os direitos dos imigrantes, procurando acolher melhor quem tem direito à regularização, atrair excelente mobilidade e lutar contra os fluxos migratórios irregulares.

Assim, os direitos dos imigrantes são complexos e não se enquadram apenas no direito francês, mas em acordos bilaterais, textos e tratados internacionais europeus. Desse modo, entre 1980 e 1990, foi implantada uma política de integração acolhedora, que sofreu alguns retrocessos, passando a ser considerada como uma política de controle dos fluxos migratórios.

Na França, segundo dados da pesquisa realizada pelo Secours Catholique, quanto ao Estado atual da pobreza das 3.000 famílias acolhidas, a pobreza se traduz em falta de recursos monetários. A coleta anual de informações, através de planilhas estatísticas, retiradas de uma amostra que diz respeito a 55.500 famílias, em 2019, permitiu o estudo das situações de pobreza das pessoas, pois metade da amostra estudada vive com 9€ por dia para alimentação, roupas e pagar pelo lazer, e nos últimos dez anos 60% do estrangeiros estão em situação irregular ou situação administrativa incerta.

Sobre os estrangeiros em situação irregular, 78% vivem em habitações instáveis (centros de alojamentos), mesmo em situação regular, os estrangeiros possuem dificuldades de encontrar moradia estável, só depois de dez anos no país é que a situação de estabilidade se aproxima das famílias francesas. Portanto, é necessário uma renda mínima garantida e uma política global para reduzir as desigualdades.

Nesse sentido, a imigração, hoje, adquire outras características, a imigração por crises: guerras, desastres naturais, violação de direitos; anteriormente, a imigração prevalecia sobre o trabalho e os estudos. Contudo, a escala do desafio atual é o aumento do número de mulheres com filhos, solteiras e crianças desacompanhadas.

É preciso que haja a construção de uma política migratória que não trate os imigrantes apenas como força manual e descartável, mas sim como cidadãos inseridos na sociedade, tendo os mesmos direitos e deveres, exigindo, assim,

abertura de fronteiras, acolhimento, formação, posto que muitos imigrantes ainda vivem com baixos salários, longas jornadas de trabalho e ilegalidade.

Como analisamos nas narrativas dos profissionais que trabalham no atendimento aos imigrantes, quando a lei migratória assegura que há os mesmos direitos, na maioria das vezes, os acordos fazem distinção entre regular e irregular. Mesmo um país como Brasil que trabalha na acolhida e respeito aos direitos humanos, na realidade, acaba muitas vezes não atendendo à realidade da demanda migratória. Um exemplo disso é a demora de um ano para o processo de regularização sob a condição do refúgio, assim como também na França ocorre essa morosidade.

Os imigrantes acabam ficando presos a burocracias documentais, que, muitas vezes, acabam fazendo com que eles permaneçam na ilegalidade, pois para a inserção no mercado de trabalho, obter benefícios, abrir conta bancária, é preciso que os documentos estejam dentro dos requisitos legais.

A assistência social faz parte de uma política de imigração, por meio da proteção social, em situações de vulnerabilidade, risco e violação de direitos. A atenção ao indivíduo e à família migrante não difere do que é proposto nas políticas públicas. Há também uma restrição estrutural para garantir o abastecimento em quantidade e qualidade proporcionais às demandas da população. Consequentemente, a estruturação de uma política de atenção ao imigrante deve ser pautada por uma estratégia intersetorial.

Como observamos, as narrativas das assistentes sociais trazem os avanços das leis de migração, mas ainda obstáculos e desafios no processo de integração, tais como xenofobia, racismo, barreira linguística, desconhecimento dos serviços existentes e dificuldades na obtenção de documentos.

Com relação ao acesso aos cuidados de saúde, há equipamentos que não possuem atendimentos voltados para a demanda, embora no centro da cidade de São Paulo houve a contratação de imigrantes para trabalhar como agentes de saúde, o que facilitou o acesso de muitos imigrantes, o que deveria se estender para todas as regiões da cidade. O CRAI com atendentes bilíngues imigrantes é importante para inserção dos que chegam, precisamos avançar e perceber que São Paulo é uma cidade de imigrantes e refugiados, pois temos

grandes comunidades: italiana, japonesa, libanesa, boliviana, venezuelana e africana que habitam na cidade.

Além disso, políticas públicas eficazes são necessárias para enfrentar as desigualdades e promover mudanças. Tivemos um avanço no ano de 2016 com a Política Municipal para Imigrantes que, além do Centro de referência, a lei institucionaliza o conselho participativo com votos dos imigrantes. Porém, para que essa transformação ocorra, é importante que o Estado, por meio de suas ações governamentais, dialogue com as demandas da população, buscando, assim, por meio de espaços de participação social, espaços de diálogo e transparência, conhecer as demandas da população.

Os conflitos vividos pelos imigrantes são expressões da questão social existente no Brasil, na qual a assistente social tem que mediar e colocar em prática o projeto ético-político da profissão, fazendo com que os imigrantes sejam tratados de forma igualitária. Conflitos esses vividos com relação à saúde, à educação, ao trabalho, à violência, à exploração, aos problemas familiares, à xenofobia, entre outros.

O papel do assistente social é fazer a mediação do imigrante com a sociedade brasileira. O imigrante é orientado sobre seus direitos e deveres, direitos sociais, humanos e trabalhistas. Dessa forma, o imigrante é estimulado a se articular dentro da sociedade, partindo daí a busca de sua autonomia. Os assistentes sociais devem estar preparados para diversas situações, nas quais é exigida uma posição firme, crítica, humana, onde prevaleça a equidade.

Acreditamos que a Política Municipal para Imigrantes é um grande espaço, para que, como sujeitos de direitos, possam dialogar e ter voz para decidir, contudo, acreditamos também que precisamos de uma melhoria na proteção especial e básica, para que, assim, possamos acolher a todos, não somente os imigrantes e refugiados, mas também os brasileiros, a fim de uma melhor acolhida é necessário que haja políticas públicas, sociais que atendam às necessidades da população e não apenas soluções paliativas.

O Brasil precisa de uma renda mínima universal, que cubra os custos, aluguel, alimentação, pois isso é importante também para fazer a economia girar e, assim, pensar em uma sociedade mais igualitária. Portanto, se não temos uma proteção social que previna os riscos, como acolher os imigrantes dentro do que

os acordos internacionais e as leis determinam? O trabalho dos (as) assistentes sociais é importante na acolhida, orientação e direcionamento dos imigrantes e refugiados para que possam acessar às políticas públicas como saúde, habitação e assistência social. No entanto, os profissionais encontram dificuldades de atender à demanda, por exemplo, da habitação, que é um problema para todos os brasileiros, e mais grave ainda para os imigrantes. Precisamos de políticas que nos tirem da linha de pobreza e não que nos façam permanecer nela.

Teoria e prática estão interligados, não tem como ser assistente social sem ter uma visão crítica do cotidiano”. (S.S Cotidiano II , Martinelli, 4 junho de 2021)

No seu trabalho cotidiano, o assistente social trata com situações singulares vividas por indivíduos e suas famílias, grupos e segmentos populacionais, atravessadas por determinações de classes.[...] isso requer tanto competência teórico-metodológica para ler a realidade quanto atribuir visibilidade aos fios que integram o singular no coletivo quanto à incorporação da pesquisa e do conhecimento do modo de vida, de trabalho e expressões culturais desses sujeitos sociais, requisitos essenciais do desempenho profissional, além da sensibilidade e da vontade política que movem a ação. (YAZBEK, 2019, p. 51)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. 80 anos de Serviço Social no Brasil: organização Política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo. **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, set./dez., 2016.

AIDE SOCIALE. **RDV assistant social (CAF, CCA)**: Comment prendre contact. Disponível em: <https://www.aide-sociale.fr/contacter-assistante-sociale/#situation>. Acesso em 05 fev.2021.

ANTON, Hemerijck; VYDRA, Simon. **Le champ d'analyse de la politique d'investissement social**, n. 192, p. 8-20, 2016. ISSN 0046-9459. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-informations-sociales-2016-1-page-8.htm>. Acesso em : 20 out. 2020.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez. Campinas SP, 2000.

ANTUNES, Ricardo. **O Privilégio da Servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo; DRUCK, Graça. A epidemia da terceirização. *In*: ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III**. São Paulo: Boitempo, 2014.

BAENINGER Rosana *et al.* **Espaços das migrações Transnacionais**: Perfil Sociodemográfico de Imigrantes da África para o Brasil no Século XXI, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/remhu/v27n56/2237-9843-remhu-27-56-035.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2020.

BAPTISTA, Miriam Veras. **A Relação Teoria e Prática**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, 37 p. (mimeo).

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e Serviço Social**: Fundamentos ontológicos. São Paulo: Cortez, 2003.

BOUQUET Brigitte; MADOU, Mohamed; NIVOLLE, Patrick. **Les travailleurs sociaux à l'épreuve de l'immigration », Hommes & migrations**, n. 1290, p. 6-9, 2011. Disponível em: https://journals.openedition.org/hommesmigrations/729#xd_co_f=NzI0MjkyMDYtMjcwOS00YzNmLTg3NDUtNTg. Acesso em: 05 maio 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Promulgada em 5 de outubro de 1988, obra coletiva de autores da editora Saraiva com a colaboração de Antônio Luiz de Toledo Pinto, Márcia Cristina Vaz dos Santos. 33 ed. atual. ampliada. São Paulo: Saraiva, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **O papel da assistência social no atendimento aos migrantes**. Secretaria Nacional de Assistência Social, 2016. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Guia/guia_migrantes.pdf. Acesso em: 17 ago. 2019.

CALEGARI, Marília. **Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas**: refugiados e políticas migratórias: características e especificidades do caso Brasileiro. Araraquara: UNESP, 2013.

CAMPELLO, Tereza *et al.* **Programa Bolsa Família**: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: Ipea, 2013. p. 15 Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_bolsafamilia_10anos.pdf. Acesso em: 05 out. 2020.

CÁRITAS BRASIL. **Quem somos nós?** Principais programas. Disponível em: <https://www.caritas.org/where-caritas-work/latin-america/brazil/>. Acesso em: 12 fev. 2021.

CAVALCANTI, Leonardo *et al.* A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. **Relatório Anual 2016**. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho e Previdência Social/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2016. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/1715-obmigra>. Acesso em: 10 nov. 2019.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 866/93. Brasília: CFESS, 2012.

ELBAUM, Mireille. «**Economie politique de la protection Sociale**». Chapitre 1: La protection Sociale: Contours et ordres de grandeur. Paris, 2011. Disponível em: <http://www.cairn.info/sid2nomade-1.grenet.fr/economie-politique-de-la-protection-sociale--9782130588610-page-5.htm>. Acesso em: 15 set. 2020.

FISCHER Nicolas; HAMIDI Camille. **Les politiques migratoires**. La Découverte, Repères, 2016. DOI10.3917/dec.fisch.2016.01. Disponível em: <https://www.cairn.info/les-politiques-migratoires--9782707167217.htm>. Acesso em: 15 abr. 2021.

FRANCE STRATÉGIE. **L'investissement social**: quelle stratégie pour la France? Disponível em: <http://www.strategie.gouv.fr>. Acesso em: 12 maio 2021.

GESUAS. **Proteção Social Básica e Especial**. Disponível em: <https://www.gesuas.com.br/blog/protecao-social-basica-especial>. Acesso em: 10 de jun. 2021.

HOBSBAWM, Eric J. **Globalização, Democracia e Terrorismo**. São Paulo: Editora Brasileira: Companhia das Letras, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em Tempo de Capital e Fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na cena contemporânea. *In*: **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p.19.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

IANNI, Octavio. **A Sociedade Global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

INSTITUT FRANÇAIS DES RELATIONS INTERNATIONALES. Les politiques migratoires en France, en Italie et en Espagne: un système complexe d'interdépendances internes et regionales. **Études de l'Ifri**, juin., 2020. Disponível em: <https://www.ifri.org/fr/publications/etudes-de-lifri/politiques-migratoires-france-italie-espagne-un-systeme-complexe>. Acesso em: 15 jan. 2021.

INSTITUT FRANÇAIS DES RELATIONS INTERNATIONALES. Migrations et Citoyennetés. **Études de l'Ifri**, juin 2020. Disponível em: <https://www.ifri.org/fr/>. Acesso em: 02 fev. 2021.

KERTUDO, Pauline; DIDIER, Vanoni. Politiques sociales, action sociale, travail social: Revue de questions pour une prospective. **Recherche sociale**, v. 3, n. 211, p. 6-23, 2014. DOI10.3917/recsoc.211.0006. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-recherche-sociale-2014-3-page-6.htm>. Acesso em: 10 out. 2020.

LIGUE DES DROITS DE L'HOMME. **Débat sur la politique migratoire de la France et de L'Europe, les associations réagissent et en appellent à une politique migratoire radicalement différente**. Disponível em: <https://www.ldh-france.org/debat-sur-la-politique-migratoire-de-la-france-et-de-leurope-les-associations-reagissent-et-en-appellent-a-une-politique-migratoire-radicalement-differente/>. Acesso em: 16 jan. 2021.

L'OFFICE FRANÇAIS DEL'IMMIGRATION ET DE L'INTÉGRATION. **Rapport d'activité 2020**. 89 p. Disponível em: <https://www.ofii.fr/wp-content/uploads/2021/07/Rapport-annuel-2020-1.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2021.

MAIS. **Definition d'accompagnement social**. Disponível em: <https://www.mais.asso.fr/definition-de-laccompagnement-social>. Acesso em: 12 maio 2021.

MARTINELLI, Maria Lúcia (Org.). **Pesquisa qualitativa**: um instigante desafio. 2. ed. São Paulo: Veras, 1999.

MÉDECINS DU MONDE. **Qui sommes-nous? Les Migrants et déplacés.** Disponível em: Qui sommes-nous ? | Médecins du Monde (medecinsdumonde.org). Acesso em: 17 jan. 2021.

MIGRAMUNDO. **Refugiados. Associações que atendem imigrantes em São Paulo.** Disponível em: <https://migramundo.com/categorias/refugiados-2/>. Acesso em: 15 fev. 2021.

MIGRATIONS EN QUESTIONS. **L'évolution de la politique migratoire en France depuis 1945.** Vidéo Catherine Wihtol de Wenden. Disponível em: https://www.migrationsenquestions.fr/question_reponse/1068-quelle-est-levolution-de-la-politique-migratoire-en-france-depuis-1945/. Acesso em : 20 dez. 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 20. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MINISTÈRE DE L'INTÉRIEUR. **Rapport annuel 2020 sur les politiques de l'immigration et l'asile en France.** 87 p. Disponível em: <https://www.vie-publique.fr/politique-de-limmigration>. Acesso em: 15 dez. 2020.

MINISTÈRE DE L'ÉDUCATION NATIONALE, DE LA JEUNESSE ET DU SPORT. **Associations, créer, gérer et développer son association,** 2016. Disponível em: Association loi 1901 <https://associations.gouv.fr/liberte-associative.htm>. Acesso em: 18 fev. 2021.

MISSÃO PAZ. **Quem somos nós?** Disponível em: <http://www.missaonspaz.org/>. Acesso em: 15 fev. 2021.

MULLER Pierre, **Les politiques publiques.** Presses Universitaires de France, «Que sais-je?», 2018, 128 pages. ISBN : 9782130804000. DOI 10.3917/puf.mulle.2018.01. Disponível em: <https://www-cairn-info.sid2nomade-1.grenet.fr/les-politiques-publiques--9782130804000.htm>. Acesso em: 04 abr. 2021.

NATHALIE Morel et Jérôme Minonzio. **Investissement social: repenser la protection sociale,** v. 1, n. 192, p. 4-7, 2016. ISSN 0046-9459. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-informations-sociales-2016-1-page-4.htm>. Acesso em : 15 set. 2020.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço Social no Brasil: uma análise do serviço social no Brasil pós-64.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

NETTO, José Paulo. Introdução ao método da Teoria Social. *In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais* - Brasília: CFESS, ABEPSS, 2009 (Unidade VI, seção 6.1, p.668-700).

NOB-SUAS- **Norma Operacional Básica.** Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. Brasília Dezembro de 2012. Disponível em: NOB_SUAS_2012.indd (mds.gov.br). Acesso em: 20 out. 2019.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Regulamento Sanitário Internacional**. Disponível em:

https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5847:regulamento-sanitario-internacional-rsi&Itemid=812. Acesso em: 11 nov. 2019.

PAIVA, O. C. Migrações e nova fronteira utópica. In: PAIVA, O. C. (Ed.). **Migrações internacionais: desafios para o século XXI**. São Paulo: Memorial do Migrante, 2007.

PALIER, Bruno, ROUSSEL Romain. «Avant-propos». **Revue française des affaires sociales**, 2016. Economie politique de la protection Sociale. Disponível em:

<https://www.cairn.info/revue-francaise-des-affaires-sociales-2016-7-page-34.htm>. Acesso em: 05 jan. 2021.

PAUMARD, Antoine. **L'accueil des migrants en France**. Les associations en conflit avec L'Etat, 2018.p. 33-44. Disponível em:

L'accueil des migrants en France | Cairn.info. Acesso em: 05 jan. 2021.

PEROZ Jean-David, **Les politiques sociales en France**. En 28 notions. Dunod, Aide-Mémoire, 2018, 320 pages. ISBN : 9782100778690. DOI10.3917/dunod.peroz.2018.01. Disponível em: <https://www-cairn-info.sid2nomade-1.grenet.fr/les-politiques-sociales-en-france--9782100778690.htm>. Acesso em: 04 mar. 2021.

PORTELLI, A. O que faz a história oral diferente. **Revista do Programa de Estudos Pós graduados em História**, São Paulo: Educ, n.14, p.23, 1997.

RAICHELIS, R. Serviço Social: Trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo. In: RAICHELIS, R.; VICENTE, D.; ALBUQUERQUE, V. (org). **A nova morfologia do trabalho no serviço social**. São Paulo: Cortez Editora, 2018.

RAICHELIS, R. Proteção social e trabalho do assistente social, tendências e disputas na conjuntura da crise mundial. **Serviço social e Sociedade**, São Paulo, n.116, p. 609-635, out./dez., 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/>. Acesso em: 10 maio 2021.

SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS. **I Plano Municipal de Políticas para imigrantes 2021-2024**. Disponível em:

https://pedagogiadavirtualidade.files.wordpress.com/2020/08/plano-municipal_produto-final_atualizado.pdf. Acesso em: 11 dez. 2020.

SECTEUR CATHOLIQUE. **État de la pauvreté en France rapport 2020 des choix impossible**. Disponível em:

<https://www.secours-catholique.org/sites/scinternet/files/publications/rs20-bd.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2021.

SERVICE PUBLIC.FR. **Qu'est-ce que l'aide médicale de l'Etat(AME).** Disponível em: <https://www.service-public.fr/particuliers/vosdroits/F3079>. Acesso em: 18 jan. 2021.

SILVA, M. OZANIRA da Silva e. **O Serviço Social e o Popular: Resgate Teórico-Metodológico do projeto profissional de Ruptura.** São Paulo, Cortez, 1995.

SILVA, Maria Lúcia Carvalho da; WANDERLEY, Mariângela Belfiore; PAZ, Rosângela Dias Oliveira da. **Fórum e Movimentos Sociais: Os desafios da Participação.** São Paulo: Instituto Pólis/PUC-SP, 2006.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. BÓGUS Lucia, YAZBEK, Maria Carmelita, WANDERLEY, Mariângela Belfiore (orgs). **Desigualdade e a Questão Social.** 3. ed. São Paulo: Educ, 2010.

YAZBEK, Maria Carmelita; IAMAMOTO Villela Marilda (org). **Serviço Social na História America latina, África e Europa.** São Paulo: Cortez, 2019.

YAZBEK, Maria Carmelita; RAICHELIS, Raquel; PAZ, Rosângela Dias Oliveira da (org). **Revista Serviço Social e Sociedade: Desafios para o Serviço Social em tempos de avanço do conservadorismo.** São Paulo: Cortez, jan./abril, 2019.

YAZBEK, Maria Carmelita; SILVA Giovanni. **A política social Brasileira no século XXI.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

ZORTÉA, Gustavo. Benefício de Prestação Continuada – BPC em Favor de Imigrantes Residentes no País. **Cadernos de Debates, Refúgio, Migrações e Cidadania.** Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos, n. 12, p. 87-100, 2017. Disponível em:

https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Caderno-de-Debates-12_Ref%C3%B4gio-Migra%C3%A7%C3%B5es-e-Cidadania.pdf.

Acesso em: 12 maio 2021.

ANEXOS

Anexo 1:

Roteiro de Entrevista

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM PROFISSIONAIS

Entrevista: n.

Data da entrevista:

I – Identificação

1. Nome:

2. Profissão:

3. Período da atuação profissional com imigrantes:

4. Instituição:

II - Trajetória Profissional/ Assistência Social/Políticas Públicas

1. Quando e como se deu sua atuação profissional com imigrantes?
Descreva o trabalho.
2. Como ocorreram as discussões de políticas públicas com imigrantes?
3. Como foi a trajetória para chegar ao projeto de Lei nº 13.445 de 2017?
4. Como você analisa a lei de imigração que foi sancionada pelo governo anterior, em 2017, ela foi regressiva ou progressiva?
5. O Brasil possui características racistas e xenofóbicas, que traz desde a época da escravidão. Como podemos conseguir uma dignidade aos imigrantes dentro da nossa sociedade? Como podemos pensar numa política que conteste essa trajetória de dominação, violência, racismo e preconceito, violação de direito, que seja inclusiva?
6. A assistência social se insere no contexto de uma política migratória, por via da proteção social, situação de vulnerabilidade, risco e violação de direitos.
7. Como têm sido realizados o trabalho e a estruturação de uma política de atenção ao imigrante?

8. Como tem sido realizado durante a pandemia Covid-19 o acesso à renda básica e ao auxílio emergencial aos imigrantes? Quais os desafios e obstáculos?

Anexo 2:

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr. (a) para participar da Pesquisa intitulada "o Trabalho dos Assistentes Sociais, Migração na França e no Brasil e o combate às exclusões", realizada pela pesquisadora Sabrina Rodrigues de Melo, aluna do Mestrado do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, sob orientação da Professora Dra. Maria Carmelita Yazbek.

Esta pesquisa tem objetivos estritamente acadêmicos, que, em linhas gerais, é estudar o trabalho do assistente social no atendimento aos imigrantes, reflexões e contribuições do trabalho social às famílias de imigrantes localizados na cidade de São Paulo em diferentes espaços sócio-ocupacionais.

A pesquisa será realizada por meio de entrevistas, utilizando-se roteiro semiestruturado e gravação de áudio, a partir da assinatura deste Termo. A gravação tem a finalidade de contribuir, posteriormente, para o registro e a análise dos dados e informações obtidas, sendo proibida a sua utilização para quaisquer outros fins, que não seja na produção da dissertação do mestrado, sem a autorização prévia do entrevistado (a). Também deverá ser respeitado o anonimato do entrevistado na utilização dos dados e informações coletadas. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora e sua orientadora.

Se depois de aceitar participar da pesquisa o (a) Sr.(a) desistir de sua participação, terá o direito e a liberdade de retirar o seu consentimento em qualquer momento da pesquisa, antes ou depois da coleta dos dados, independentemente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa.

Ressaltamos que a sua participação nesta pesquisa deverá ser de forma voluntária e que o (a) Sr.(a) não terá nenhuma despesa ou qualquer ganho financeiro, tendo como finalidade exclusiva colaborar para o sucesso da pesquisa. Contudo, se aceitar participar estará contribuindo para o desenvolvimento de um relevante estudo na área do Serviço Social e que trará benefícios tanto para estudantes, profissionais e pesquisadores, como para a sociedade.

O uso das informações obtidas durante a sua entrevista está submetido às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde.

Caso tenha alguma dúvida ou sinta-se prejudicado (a), o (a) Sr. (a) poderá contatar a pesquisadora ou sua orientadora no Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC-SP, situado na Rua Ministro Godoy, 969 - Perdizes CEP 05015000- São Paulo - SP telefone (11) 3670-8000; entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa PUC-SP, na Rua Ministro Godói, 969, sala 63 C (térreo do Prédio Novo) - São Paulo - SP telefone (11) 3670-8466; ou falar com a pesquisadora por meio dos e-mails sasamelo2009@gmail.com e RA00238672@pucsp.edu.br e telefone (11) 97432-8066.

Consentimento Pós-informação:

Eu, _____, fui informado (a) sobre os objetivos da pesquisa e afirmo que entendi todas as informações fornecidas e os motivos pelos quais a pesquisadora precisa da minha colaboração. Declaro que concordo em participar do Projeto de Pesquisa, sabendo que não vou ganhar nenhuma remuneração e que posso sair quando eu quiser e concordo. Este Termo é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós. Referente à autorização de minha identidade no presente estudo:

(☐) Não, autorizo (☐) Sim, autorizo

São Paulo, ____ de _____ de 2021.

Assinatura do (a) participante: _____

Assinatura da pesquisadora: _____

Sabrina Rodrigues de Melo